

FOLHA DE S. PAULO

Juízes paulistas

receberam R\$ 1 milhão

de uma vez só

08 DEZ 2011

CNJ investiga pagamentos a integrantes da cúpula do tribunal do Estado em 2010

Desembargadores tinham direito a verba, mas investigações apontam pagamento em condições especiais

FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

Um grupo formado por 17 integrantes da cúpula do Tribunal de Justiça de São Paulo que está sob investigação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) pode ter recebido ilegalmente R\$ 17 milhões dos cofres públicos em 2010.

Os corregedores do CNJ colheram indícios de que o dinheiro foi usado para pagar de uma vez R\$ 1 milhão a cada um dos juízes, a pretexto de resolver uma antiga pendência salarial da categoria.

Os 17 juízes tinham direito a receber pelo menos parte desse dinheiro, mas os pagamentos foram feitos em condições privilegiadas, de acordo com duas pessoas familiarizadas com as investigações.

Outros integrantes da cúpula do tribunal paulista e juízes da primeira instância que também têm direito a esses pagamentos recebem o dinheiro em parcelas mensais de pequeno valor.

Os pagamentos que chamaram a atenção do CNJ foram autorizados pelo então

presidente do tribunal paulista, o desembargador Antonio Carlos Viana Santos, que morreu em janeiro.

De acordo com os primeiros resultados da investigação, a medida beneficiou o próprio Viana Santos e 16 colegas, deixando de fora os outros 336 desembargadores do tribunal.

Os primeiros indícios de irregularidades surgiram pouco antes da morte de Viana Santos, quando chegou ao CNJ uma denúncia anônima que acusava de enriquecimento ilícito o então presidente do tribunal.

Uma verificação feita pelos corregedores na folha salarial do tribunal paulista identificou um pagamento de mais de R\$ 1 milhão para Viana Santos. Mais tarde, o CNJ soube que os outros 16 desembargadores obtiveram o mesmo benefício.

A suspeita dos corregedores é que Viana Santos tenha aproveitado uma sobra encontrada no orçamento do tribunal para autorizar os pagamentos feitos a ele mesmo e aos seus colegas.

A pendência salarial que justificou esses pagamentos têm origem numa lei de 1992 que criou um mecanismo para equiparar os salários dos membros do Legislativo e do Judiciário, como manda a Constituição.

Dois anos depois, os deputados federais passaram a receber um auxílio-moradia, mas o benefício não foi incluído entre as verbas recebidas pelos juízes e eles recorreram ao Supremo Tribunal Federal para pedir equiparação.

O Supremo reconheceu o direito dos juízes a esse benefício e autorizou o pagamento dos atrasados em parcelas mensais. Os tribunais superiores, como o Supremo, e os tribunais estaduais menores já quitaram essa dívida, mas o TJ de São Paulo ainda não.

A investigação sobre os pagamentos autorizados por Viana Santos faz parte de uma devassa que a corregedoria do CNJ iniciou na segunda-feira para examinar movimentações financeiras atípicas de juízes em São Paulo e outros Estados.

Em São Paulo, a corregedoria analisa se os pagamentos configuram os crimes de improbidade administrativa e prevaricação. O envolvimento de servidores da tesouraria do tribunal também será investigado.

CONTINUA

08 DEZ 2011
FOLHA DE S. PAULO
CONTINUAÇÃO

**Tribunal diz que
se pronunciará
após inspeção**

O TJ-SP informou que não se pronunciará sobre a suspeita de pagamentos ilegais até o fim da inspeção do CNJ. A reportagem procurou os advogados de familiares do desembargador Viana Santos. Eles disseram desconhecer o caso e não se manifestaram.

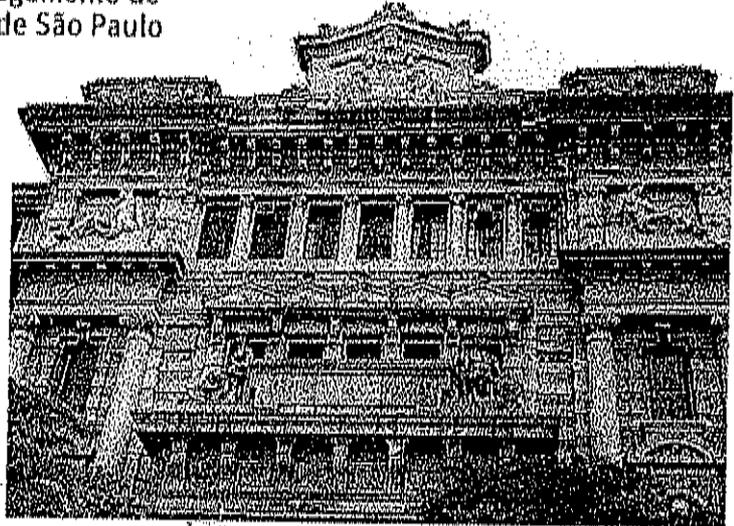
CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

08 DEZ 2011

DEVASSA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CNJ investiga folha de pagamento de desembargadores do TJ de São Paulo



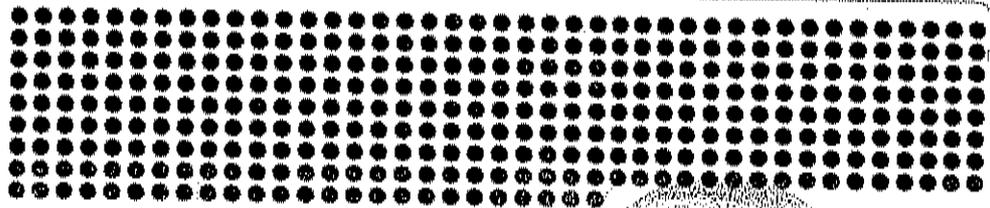
A INVESTIGAÇÃO

A corregedoria do CNJ apura se o ex-presidente do TJ-SP, Antonio Viana Santos, morto em janeiro, determinou ilegalmente pagamentos a ele próprio e a 16 colegas

QUEM TEM O DIREITO DE RECEBER A VERBA

353

desembargadores de São Paulo



QUEM RECEBEU A VERBA EM PARCELA ÚNICA

apenas **17**
desembargadores



R\$ 1 milhão

seria o valor recebido por esses desembargadores no fim do ano passado

> Os outros desembargadores e cerca de 1.200 juízes estão ganhando o benefício de forma parcelada

O QUE É A VERBA

1992

criação

A legislação manda igualar os salários de membros do Legislativo e do Judiciário. Para isso, o Supremo Tribunal Federal criou uma verba para equiparar salários

1999

Reivindicação

Uma associação de juízes federais pediu que o valor correspondente ao auxílio-moradia pago a deputados federais entre no cálculo dessa verba para igualar vencimentos

2002

Pagamento

Lei incorporou a verba aos vencimentos dos magistrados

Decisão

O ministro do STF Nelson Jobim reconheceu o pedido: a partir de então, o valor do auxílio-moradia (R\$ 3 mil, à época), seria pago aos magistrados

08 DEZ 2011

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

FOLHA CORRIDA

A devassa do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) na folha de pagamento do TJ (Tribunal de Justiça) de SP vai se estender por todo o país. Levantamento do órgão identificou mais de 50 magistrados e servidores, da ativa e aposentados, que tiveram movimentações financeiras atípicas. A investigação será realizada em outros 21 tribunais.

PRÓXIMA PARADA

Os próximos a ser fiscalizados serão o Tribunal Regional do Trabalho de Campinas e o TJ da Bahia.

CONTA-CORRENTE

Uma das movimentações que mais chamaram a atenção do CNJ foi a de um magistrado de SP que recebeu depósito de R\$ 1 milhão.

FOLHA DE S. PAULO

Oposicionista é eleito presidente do tribunal de SP

08 DEZ 2011

Em uma reviravolta, o Tribunal de Justiça de São Paulo elegeu ontem como presidente o desembargador Ivan Ricardo Garisio Sartori para um mandato de dois anos (2012-2013).

Após um primeiro turno que terminou com um voto de diferença, ele bateu o atual presidente José Roberto Bedran por 164 votos a 147 na segunda rodada de votação.

O colégio eleitoral é formado por 353 desembargadores.

Em uma eleição feita por urna eletrônica, houve 3 votos em branco, 2 votos nulos e 37 abstenções.

A eleição surpreendeu porque o TJ-SP, maior tribunal do país, é conhecido por ser um dos mais conservadores.

Sartori ocupa apenas a 137ª posição na lista de antiguidade. A Lei da Magistratura determina que o presidente deve ser o juiz mais antigo.

Mas, desde a reforma do Judiciário, o TJ-SP flexibilizou a regra para que a eleição seja entre os três mais antigos que se candidatarem. "É um precedente no tribunal, geralmente a eleição sempre recaiu entre os primeiros da lista", declarou Sartori.

Bedran foi eleito em março para um mandato-tampão após a morte de Antonio Carlos Viana Santos. Até semana passada, ele era o favorito, mas foi perdendo força porque em julho completa 70 anos e terá de se aposentar.

Outro fator que pesou na derrota foi uma norma editada para punir os magistrados improdutivos. "Precisamos reconstruir o Judiciário. Infelizmente não estamos dando conta da demanda diante da defasagem da estrutura", afirmou Sartori.

O novo presidente é integrante da 13ª Câmara de Direito Público, formou-se em 1979 da Universidade Mackenzie e é juiz desde 1980.

Para o cargo de corregedor-geral, o escolhido com 210 votos foi José Renato Nalini. Já José Gaspar Gonzaga Franceschini foi escolhido vice-presidente com 273 votos.

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria

denuncia 08 DEZ 2011

presidente do

TCE do Rio

Conselheiros do tribunal são acusados de contratações fantasmas e sem concurso

Investigações da PF são desdobramentos da Operação Pasárgada, que investigou casos de corrupção em tribunais

DIANA BRITO
DO RIO

O Ministério Público Federal denunciou o presidente, o vice-presidente e outros dois conselheiros do TCE-RJ (Tribunal de Contas do Estado do Rio) por crimes que incluem falsidade ideológica, peculato e corrupção ativa.

Eles são suspeitos de contratar funcionários-fantasmas e servidores sem concurso público mediante fraude.

A pedido dos procuradores, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) autorizou a Polícia Federal a apreender na tarde de ontem o disco rígido de um computador com dados do sistema de recursos humanos do órgão.

A denúncia apresentada contempla quase 25 casos de contratações irregulares, mas estima-se que o número possa ser ainda maior. Os nomes

dos servidores suspeitos não foram divulgados.

A Folha apurou que os contratados recebiam entre R\$ 8.000 e R\$ 12 mil por mês. As investigações apontaram ainda patrimônio incompatível com a renda.

Em nota divulgada após a operação da PF, o TCE disse desconhecer o motivo da apreensão, mas afirmou ter colaborado com os agentes.

Procurado novamente no início da noite, após a denúncia da Procuradoria, o TCE não voltou a se manifestar.

Em outubro, o Ministério Público já havia pedido ao STJ o afastamento do presidente do TCE do Rio, Jonas Lopes de Carvalho, e do conselheiro do órgão José Gomes Graciosa, por suposta corrupção passiva. Eles permanecem no cargo.

Os dois foram acusados de dividir propina para aprovar contratos, o que eles negam.

As duas investigações são um desdobramento da Operação Pasárgada, que detectou organizações criminosas acusadas de corromper juízes e conselheiros dos tribunais de contas em Minas e no Rio.

08 DEZ 2011

FOLHA DE S. PAULO

Procurador propõe presídio só para corruptos, com aula de ética

ESTELITA NASS CARAZZA/
DE CURITIBA

Imagine uma prisão destinada só para corruptos. Eles teriam suas fotos expostas permanentemente num mural, na entrada do presídio, e receberiam aulas de ética, moralidade e honestidade.

Parece exercício de ficção, mas o procurador da República Ramiro Rockenbach, do Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul, propôs ontem ação civil pública que pede a criação do primeiro presídio federal só para corruptos do Brasil, exatamente nesses moldes.

No texto da ação, o procu-

rador diz que o país ocupa apenas a 73ª posição no ranking de nações menos corruptas, segundo pesquisa com 182 países feita pela organização Transparência Internacional neste ano.

Rockenbach diz ainda que, hoje, 1.400 pessoas cumprem pena por delitos relacionados à corrupção no país.

"Se todos os corruptos do Brasil fossem postos na cadeia, precisaria construir pelo menos um [presídio] por Estado", afirma o procurador.

Segundo Rockenbach, o presídio teria caráter "simbólico", para que os políticos entendam "que a Justiça não está de brincadeira".

"E não é só ficar lá por dois, três dias. Ele pode ter sua foto eternizada [em galeria dos presos condenados] como um corrupto desta nação. Para aprender que o dinheiro do povo não é para ficar fazendo esse tipo de safadeza."

A ação civil pública, protocolada ontem na Justiça Federal de MS, menciona escândalos como o mensalão, as denúncias contra o ex-governador do DF José Roberto Arruda (sem partido) e a recente queda de seis ministros da presidente Dilma Rousseff.

O valor proposto para a obra, que seria erguida em MS, é de R\$ 12 milhões.

O Ministério da Justiça ainda não foi notificado sobre a ação. O órgão informou que o quinto presídio federal, a ser construído no ano que vem em Brasília, terá uma ala apenas para autoridades.



08 DEZ 2011

FOLHA DE S. PAULO

STJ invalida toque de recolher para menores em cidade de SP

Para a corte, Justiça de Cajuru não pode impedir jovens de ir e vir

LEANDRO MARTINS
DE RIBEIRÃO PRETO

Medida adotada por juizes em várias cidades brasileiras como forma de reduzir a violência entre jovens, o chamado toque de recolher recebeu decisão contrária do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

A corte concedeu um habeas corpus a menores de Cajuru (298 km de SP) invalidando a regra que vigorava naquela cidade desde 2010.

A decisão atendeu a uma ação da Defensoria Pública de SP, que é contra uma portaria da Justiça local que proibiu que menores desacompanha-

dos dos pais ou responsáveis ficassem nas ruas após as 23h.

Agora, o acórdão do STJ deve abrir uma brecha para que a instituição questione regras parecidas em outras cidades —na mira já estão Ilha Solteira, Fernandópolis e Barretos.

De acordo com levantamento feito pela **Folha** em junho, ao menos 60 municípios, de 17 Estados, têm medidas semelhantes. Juizes, delegados e conselhos tutelares afirmaram à época que a restrição ajudou a reduzir a violência nessas cidades.

Para a Defensoria Pública, no entanto, o toque de recolher fere direitos constitu-

nais, privando os menores de sua liberdade de circulação.

O órgão diz ainda que as portarias dos juizes que criaram as regras são inconstitucionais, pois os magistrados não têm autonomia para isso, segundo a Defensoria — argumento que foi aceito pelo STJ no caso de Cajuru.

DEFESA

No entanto, em cidades onde o toque de recolher vigora, instituições que atuam com os jovens afirmam que as medidas foram positivas, com a diminuição do envolvimento de menores de idade em crimes.

TOQUE DE RECOLHER

Decisão do STJ considera medida ilegal em Cajuru (SP)



O QUE É

Limitação da permanência de crianças e adolescentes nas ruas à noite e de madrugada (após as 23h, por exemplo). Há casos de restrições de permanência em locais que vendem bebidas alcoólicas



QUEM DEFINE

Na maioria das cidades, o toque de recolher é estabelecido em portaria de juizes; mas há localidades onde a regra passou por aprovação da Câmara

ALGUMAS CIDADES QUE ADOTAM A MEDIDA EM SP



CONTESTAÇÃO

Decisão do STJ invalidou a medida em Cajuru. A alegação é que a Justiça local ultrapassou seu poder normativo, já que a medida envolve direitos constitucionais, como o de ir e vir

NO PAÍS

Ao menos 60 municípios, de 17 Estados, adotam a regra

08 DEZ 2011

FOLHA DE S. PAULO

Ação no STF ameaça classificação de conteúdos nas TVs

Tribunal pode anular artigo do ECA que prevê multas a programas fora do horário estipulado pelo governo

Atuação do Ministério Público não sofrerá mudança substancial, diz ouvidor nacional dos Direitos Humanos

ANNA VIRGINIA BALLOUSSIER
DE SÃO PAULO

As atuais regras de classificação indicativa na TV, que permitem multar a nudez em "Insensato Coração" ou o escracho do "Pânico na TV", estão na corda bamba por causa de uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal).

Se tombarem, no entanto, as regras devem cair numa rede de segurança, já que há recursos na Constituição para enquadrar as TVs mesmo sem as multas estabelecidas hoje.

Na semana passada, quatro de dez ministros do STF votaram a favor da anulação de parte do artigo 254 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). O julgamento foi interrompido por pedido de vista de Joaquim Barbosa.

Questiona-se o dispositivo que prevê multas ao canal da TV aberta com grade televisiva fora do horário cravado pelo Ministério da Justiça.

"Para a atuação do Ministério Público, não há mudança substancial", diz o ouvidor

nacional de Direitos Humanos, Domingos Sávio Dresch.

Ele ressalta que a ação no STF pode suspender a possibilidade de punir administrativamente as emissoras. E só.

Independentemente do ECA, "são centenas de ações civis públicas contra conteúdos que contrariam a lei".

Entidades pró-ECA temem, contudo, que as ações do Ministério Público sejam enfraquecidas. Isso porque essa decisão no Supremo é vinculante —vale automaticamente para casos pares nos tribunais.

Como funciona hoje: com o departamento de classificação indicativa sob sua asa, o Ministério da Justiça não pode punir diretamente as TVs. Mas, ao detectar uma infração, a encaminha a promotores, que costumam usar o ECA para ajulzar uma ação.

Com as sanções no horizonte, impera a lógica do "segue quem pode, obedece quem

tem juízo". Mas tudo mudaria com o esvaziamento do ECA, "que garante efetividade ao sistema", diz Veet Vivarta, da Agência de Notícias dos Direitos da Infância.

"A classificação deve ser indicativa, não impositiva", rebate Rodolfo Moura, da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

Moura sugere um sistema à moda do Conar, conselho de autorregulação da publicidade, "que é mais ágil do que a Justiça" na punição.

As TVs tentam, ainda, colar no governo a pecha de censor. Davi Ulisses, diretor do departamento de classificação indicativa, destaca um guia prático de 2010, "que traz os critérios objetivos de classificação" usados hoje.

LÁ FORA

Coordenador da Unesco, Guilherme Canela afirma que a tendência dos países democráticos é regular a televisão.

"Criou-se o horário 'divisor de águas'. Nele [das 6h às 22h nos EUA], os pais têm certeza de que não serão veiculados conteúdos nocivos."

Ele relembra caso emblemático nos EUA: a transmissão do seio de Janet Jackson, ao vivo. Pelo fuso horário, Estados que exibiram a cena antes das 22h foram multados.

“Crianças veem bordões na TV e saem repetindo, intensificando o bullying

DAVI ULISSES SIMÕES PIRES
diretor de classificação do
Ministério da Justiça

08 DEZ 2011

FOLHA DE S. PAULO

Justiça manda bloquear conta de executivo do consórcio de Jirau

DE SÃO PAULO - A Justiça do Trabalho em Rondônia determinou ontem o bloqueio imediato da conta bancária e o corte de 50% do salário do presidente da empresa Energia Sustentável do Brasil, Victor Paranhos.

A medida vale até que sejam pagos os salários de trabalhadores que atuam na construção da usina de Jirau.

A decisão vale ainda para o diretor financeiro da empresa, Paulo Maurício Mantuano de Lima. O bloqueio na conta se estende a Julio Cesar Schmidt, proprietário da WPG Construções (empresa subcontratada).

O valor dos bloqueios e cortes soma R\$ 1 milhão, para atender 80 trabalhadores que foram contratados para desmatar áreas ao redor do cantei-

ro de obras, mas não recebem os salários desde setembro.

A determinação responde a uma ação do Ministério Público do Trabalho, que pediu também a prisão dos três.

A Energia Sustentável, responsável pela obra, é formada pelo grupo Suez e por Eletrosul, Chesf e Camargo Corrêa.

OUTRO LADO

A assessoria de imprensa da Energia Sustentável disse que não se manifestaria por não ter sido notificada.

O dono da WPG, Julio Schmidt, afirmou que demitiu os funcionários e deixou de pagar os salários porque a Energia Sustentável rescindiu o contrato com a empresa dele. (FELIPE LUCHETE)

Justiça condena dois acusados de matar família em Americana

DE CAMPINAS - A Justiça condenou anteontem dois dos três acusados de matar o casal Robson e Ana Paula Tempesta e suas duas filhas em 2009, em Americana (127 km de SP).

O motivo seria uma dívida de R\$ 16 mil de Robson com Celso Assis, um dos acusados. O casal foi morto com 15 tiros;

as crianças, por asfixia.

Bruno Magrine Palumbo, 27, e Fabiane dos Santos Pinheiro, 32, foram condenados a 16 e a 24 anos de prisão, respectivamente. Já Assis recebeu atestado de doença mental e será julgado separadamente. Os réus já manifestaram à Justiça o desejo de recorrer da sentença.

MÔNICA BERGAMO

ONDE ESTÁ ROGER?

Amigos do médico Roger Abdelmassih, condenado por estupro no Brasil e foragido da Justiça, suspeitam que ele não está no Líbano, como tem sido divulgado.

08 DEZ 2011

FOLHA DE LONDRINA

CNJ limita presença de magistrados em eventos pagos por empresas

Brasília - Uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) limitará a participação de magistrados em seminários, congressos e cursos patrocinados ou integralmente pagos por empresas privadas. O acúmulo de casos em que juízes participaram de encontros patrocinados por quem tem processos na Justiça levou a Corregedoria Nacional de Justiça a preparar a "Resolução do Convésote". No entendimento da Corregedoria, um juiz que viaja com as despesas pagas por uma empresa e depois terá de julgar um processo dessa mesma empresa certamente terá questionada sua neutralidade.

Pelas regras traçadas pela Corregedoria Nacional de Justiça, os juízes não poderão mais viajar para esses congressos ou encontros ou se hospedar em hotéis com as despesas pagas ou subsidiadas por empresas ou

pessoas físicas. Para que entre em vigor, a resolução precisa ser aprovada pelo CNJ. Apesar de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) terem participado no passado de seminários pagos por empresas privadas, a resolução, em sendo aprovada, não valerá para eles. Pela Constituição, o STF não se submete ao controle feito pelo CNJ.

Os exemplos de conflitos se acumulam no Judiciário. Um dos casos mais recentes foi o torneio de futebol entre juízes pago pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF). No passado, a Liga Independente das Escolas de Samba bancou uma festa para desembargadores do Rio de Janeiro. Outro exemplo foi o pagamento de despesas para que magistrados, incluindo ministros, participassem de um encontro, este ano, patrocinado pela Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Nordeste (Fetronor).

08 DEZ 2011

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Casa Civil tenta desequilibrar a disputa no STJ

A ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil) tenta desequilibrar a disputa por pela vaga de ministro do Superior Tribunal de Justiça, apoiando o desembargador Nefi Cordeiro, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). A desembargadora Assusete Magalhães, do TRF-1, tem apoio da sociedade mineira, e o presidente do STJ, ministro Ari Pargendler, faz campanha pela cunhada, Suzana de Camargo (TRF-3).

Setenta dias

A lista tríplice dos desembargadores candidatos a ministro do STJ foi enviada à presidenta Dilma no final de setembro.

Chance mineira

Para o senador Clésio Andrade (PR-MG), Dilma tem a chance de repor as perdas políticas de Minas indicando Assusete Magalhães ao STJ.

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Não cumpre 08 DEZ 2011

Valdir Rossoni agiu duramente contra a funcionária que estimulou a invasão do plenário, mas insiste em não cumprir decisões judiciais. Só o aposentado José Rosa Filho ganhou dois mandados de segurança e a questão da URV no STJ até hoje não atendidos.

Reprise

O que ocorre com Renata Bueno já se deu com Taniguchi: um dossiê de burla na prestação de contas eleitoral feita por gente do grupo insatisfeita. O TRE vai tomar conhecimento, direta ou indiretamente, do assunto.

Folclore

Até a questão do desembargador descuidado que operou uma fábrica de gelo em seu gabinete e que estourou danificando três andares, a biblioteca e um piano teria sido relatada no CNJ.

Calendas

Pelo jeito o Tribunal Regional Federal no Paraná vai para as calendas.

Empenho de Beto Richa junto a colegas da Bahia, Minas e Amazonas inútil.

08 DEZ 2011

FOLHA DE LONDRINA

Ex-prefeito de Florestópolis condenado por desvio

Paula Barbosa Ocanha
Reportagem Local

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná manteve, por unanimidade de votos, a sentença da Vara Cível de Porecatu que condenou o ex-prefeito de Florestópolis (Norte) Márcio Francisco de Souza (hoje no PSD), atualmente vereador da cidade, por ato de improbidade administrativa. A 5ª Câmara Cível do TJ julgou procedente o pedido formulado pelo Ministério Público (MP) estadual, que sustenta que o ex-prefeito se apropriou de verbas públicas, no valor de mais de R\$ 3,5 milhões, quando exercia o cargo de chefe do Executivo, de 1993 a 1996. A defesa vai recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O MP alega que "sem que houvesse empenho ou qualquer amparo legal, o réu ordenava a emissão de cheques de contas bancárias da prefeitura em seu favor". Mas o advogado do ex-prefeito, Maurício Carneiro, afirma que "não houve dolo, nem má-fé": "Os critérios de avaliação dos ór-

gãos fiscalizadores na época eram diferentes. Então, quando ele assumiu a prefeitura, ele emprestava dinheiro no nome dele para quitar folha de pagamento dos servidores, por exemplo. Chegou a dar dinheiro diretamente para pessoas que precisavam de remédio. Foram uma série de erros, mas de erros técnicos", argumentou ele.

Souza foi condenado pelo TJ a ressarcir integralmente o valor. A condenação também fala em perda da função pública e pagamento de multa. As sanções, porém, ficam suspensas até quando não houver mais possibilidade de recurso na Justiça.

Em entrevista à FOLHA, Souza ressaltou que não desviou dinheiro. "Quem é acusado de desviar todo esse valor não tem que alugar uma casa para morar. Eu pago aluguel, sou a mesma pessoa que era antes de assumir, não tenho imóveis no nome de terceiros. Vou recorrer porque tenho a consciência tranquila. Não sou bandido.

GAZETA DO POVO O ESTADO DE S. PAULO FOLHA DE LONDRINA

DORA KRAMER

08 DEZ 2011

Favas contadas

Decisivo para desempatar o julgamento sobre a posse ou não de Jader Barbalho na cadeira de senador, o voto da nova ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, não fará diferença no placar da decisão sobre a validade constitucional da Lei da Ficha Limpa.

É que o ministro Marco Aurélio Mello já está decidido, e tem dado sinais públicos disso, a votar em favor da constitucionalidade da lei. Isso quer dizer que se o assunto voltasse a ser examinado antes da posse da ministra que ocupará a 11ª vaga, ainda assim o resultado seria, no mínimo, de seis a quatro em prol da exigência de ficha limpa para candidatos a cargos eletivos.

Até agora Marco Aurélio vinha sendo visto entre os colegas como partidário da tese de que a lei que torna inelegíveis políticos condenados por um tribunal em primeira instância fere o princípio da presunção da inocência.

Os dois votos já declarados nas duas sessões anteriores em que o julgamento foi interrompido por pedido de vista do processo, foram a favor da constitucionalidade: o do relator Luiz Fux e do ministro Joaquim Barbosa.

Como Carlos Ayres Britto, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski já haviam se manifestado da mesma forma em outras ocasiões, seriam cinco votos. Com mais o de Marco Aurélio Mello, seis.

Gilmar Mendes é defensor da aplicação do princípio da presunção de inocência. Ainda que José Antonio Dias Toffoli, Celso de Melo e Cezar Peluso o acompanhem nessa interpretação, a questão estaria decidida independentemente da posição de Rosa Weber.

Mas, pelo sim pelo não, o assunto só voltará à pauta depois da posse dela, quando então o colegiado estará completo. E por que não logo após a votação da indicação da ministra no plenário do Senado? Porque o STF entra em recesso no próximo dia 20 e em janeiro estará em férias. O julgamento será a partir de fevereiro de 2012.

Isso não afeta a vigência da legislação para a eleição municipal, porque a exigência de aprovação de uma lei no mínimo um ano antes do pleito já está atendida. O projeto foi aprovado pelo

Congresso em maio de 2010 e, por isso, o STF julgou que não poderia entrar em vigor na eleição do mesmo ano.

Inclusive com o voto de Marco Aurélio Mello, que já naquele julgamento manifestou-se contrário à possibilidade de a lei ser "fulminada" ou "flexibilizada". Na opinião dele, o que está em jogo na Lei da Ficha Limpa é a boa conduta como atributo para o exercício da vida pública, o que não tem, segundo o ministro, nada a ver com a questão da culpabilidade criminal e suas consequências penais.

O ministro vê a norma como um avanço cultural e compara a Ficha Limpa a outras leis que considera intocáveis pelo benefício inequívoco à sociedade. Cita os exemplos do Código de Defesa do Consumidor e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na visão de Marco Aurélio, o STF deve estabelecer o norte, deixando os detalhes para serem tratados pela Justiça Eleitoral no julgamento de casos concretos.

O processo

O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares andou dizendo que não se arrepende de nada do que fez. Pois deveria se ouvir os companheiros de partido que ajudou a arrastar para a lama e que se envergonham do episódio.

Para o ex-tesoureiro não houve crime, mas um "processo político" em meio ao qual foram arrecadados R\$ 55 milhões sem intuito de enriquecer ninguém, mas para dar ao PT e aos partidos aliados uma fonte de recursos para campanhas.

Baseado nesse argumento, Delúbio sustenta que o "mensalão não existiu". Mas confirma que houve partilha entre partidos.

De vez em quando é bom repor a história nos devidos termos, tão insistentes são as versões adaptadas do roteiro original escrito na denúncia da Procuradoria-Geral da República apontando a existência de uma quadrilha organizada para desviar dinheiro público maquiado em empréstimos fraudulentos e distribuí-lo entre os partidos que formariam a base de apoio governamental.

O ministro vê a norma como um avanço cultural e compara a Ficha Limpa a outras leis que considera intocáveis pelo benefício inequívoco à sociedade

O ESTADO DE S. PAULO

Plano de R\$ 4 bi

contra o crack prevê

internação involuntária

de usuários

08 DEZ 2011

TJ pede R\$ 64 mi para posto, mas ganha R\$ 10

A proposta orçamentária enviada pelo governo do Estado à Assembleia Legislativa não destina verba para a instalação de um posto do Tribunal de Justiça de São Paulo na cracolândia. A iniciativa é considerada essencial para tornar mais rápida a decisão sobre a necessidade da internação compulsória.

Responsável pelo projeto, o desembargador Antônio Carlos Malheiros, coordenador da Vara de Infância e Juventude, solicitou R\$ 64 milhões à gestão Geraldo Alckmin (PSDB), mas recebeu R\$ 10. Segundo ele, o dinheiro não seria gasto apenas com o posto, mas com a contratação de pessoal qualificado, por meio de concurso público, e informatização dos sistemas.

"É a segunda vez que isso acontece. No ano passado, pedimos R\$ 27 milhões e também levamos R\$ 10. O governo não tem se mostrado sensível a essa questão. Acho que ainda não há conscientização da importância das crianças e jovens no nosso futuro. Vejo isso como um grande absurdo", disse.

A Vara da Infância e da Juventude foi regimentada em 2009. De lá pra cá, passou a ter direito a uma cota específica no orçamento estadual. "Apesar disso, não recebemos nada. Foram propostas emendas ao orçamento atual, mas elas acabaram retiradas do texto final. E o governo,

que nos prometeu suplementação de verba, não o fez durante todo o ano", afirmou Malheiros, que esteve anteontem na Assembleia para pedir apoio.

Segundo o desembargador, mesmo sem verba, a cracolândia vai receber um posto do TJ. "Faremos de qualquer jeito, com verba nossa mesmo. Vamos trabalhar com nossos computadores, em qualquer buraco. Todos os envolvidos têm boa vontade para isso", disse. O plano prevê a participação de 15 juízes, além de funcionários de secretarias municipais e estaduais.

Remanejamento. A Secretaria de Estado do Planejamento informou que o Tribunal de Justiça pode remanejar verbas para atender às necessidades da Vara da Infância e da Juventude. Segundo a pasta, a proposta enviada à Assembleia prevê um total de R\$ 6,8 bilhões para o Poder Judiciário.

A secretaria ainda afirma que o orçamento do TJ tem sido feito "constantemente acima da inflação, inclusive na proposta para 2012, que prevê um reajuste de 29,69%, enquanto o IPCA acumulado nos últimos 12 meses, com base em outubro de 2011, foi de 6,9%".

CONTINUA

08 DEZ 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Governo quer criar 308 consultórios de dependentes de rua para cuidar

Profissionais atuarão no processo de internação; 'É fundamental ter esse mecanismo para situações de risco de vida', diz ministro

Internações involuntárias de usuários, monitoramento de crackolândias e ampliação do horário de funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas, que vão passar a atender 24 horas por dia. Essas são algumas das principais medidas do pacote de ações contra crack e outras drogas, anunciado ontem pela presidente Dilma Rousseff em cerimônia no Palácio do Planalto. O investimento total é de R\$ 4 bilhões até 2014.

O governo pretende implementar 308 consultórios de rua nas regiões com maior consumo de crack, que funcionarão como equipes móveis de médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem responsáveis pelo atendimento da população - e devem atuar nas internações. Só com esses consultórios deverão ser gastos R\$ 152,4 milhões. Esse profissionais atuarão no processo de internação.

"Temos diretrizes claras da Organização Mundial da Saúde, do Ministério da Saúde, do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, que orientam os procedimentos para internação involuntária. É fundamental ter esse mecanismo para situações de risco de vida, como medida de proteção à vida", disse o minis-

tro da Saúde, Alexandre Padilha. Para o ministro, o cenário do crack no País já configura uma "epidemia".

O objetivo do governo é implementar os consultórios de rua em municípios com mais de 100 mil habitantes. De acordo com Padilha, a atuação de uma equipe médica permitirá uma avaliação apurada do quadro de cada pessoa e o direcionamento do usuário a tratamento adequado. Atualmente há 92 consultórios de rua em atividade no País, segundo o ministério.

"Precisamos ter tipos de atendimento diferentes para realidades diferentes e rumo claro em relação a parcerias com Estados e municípios e todas entidades que queiram contribuir para o acolhimento e cuidado às pessoas com situação de dependência, desde que sigam regras de dignidade humana, direitos humanos, que serão acompanhadas pelo ministério."

Cracolândias vão ser monitoradas por câmeras

● Para reprimir o tráfico de drogas, o governo federal pretende adotar um sistema de policiamento nas crackolândias do País com câmeras de monitoramento. A ideia é possibilitar a identificação de traficantes. "Não se combate crime organizado sem ações de inteligência. Estamos integrando informações para desenvolver atividades com polícia ostensiva, bases móveis de videomonitoramento, câmeras fixas que permitirão a fiscalização", disse o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Ele evitou, porém, dar detalhes de como funcionará o monitoramento das crackolândias.

Os tipos de internação

● Involuntária

A Política Pública de Saúde Mental, de abril de 2001, prevê a internação involuntária (até para menores de idade), sem o consentimento do usuário, a pedido de parentes ou representantes legais. Essa internação deve ser comunicada dentro de 72 horas ao Ministério Público Federal pelo responsável técnico do estabelecimento.

● Compulsória

É determinada pela Justiça, com a existência de um laudo médico obrigatório

CONTINUA

EXTERMÍNIO NA PERIFERIA CRIOU CRACOLÂNDIA

Com população flutuante de 2 mil pessoas, área de uso de droga em SP se consolidou há 20 anos

Bruno Paes Manso

A pesar de haver consumo de crack em todos os Estados brasileiros, nenhum tem concentração de consumidores e perfil semelhantes à cracolândia paulistana. A informação vem de participantes do mapeamento feito pela Floeruz sobre os locais de consumo de crack no Brasil, cujos dados ainda não foram divulgados.

A cracolândia paulistana, que hoje conta com população flutuante estimada em 2 mil pessoas, cresceu e se consolidou a partir de 1992, por causa da coincidência de dois fatores. Em primeiro lugar, o território da antiga rodoviária, onde fica a cracolândia, era a tradicional boca do lixo da cidade. Era lá que ficavam os pontos de uso de droga que historicamente recebiam mais cobertura dos maus policiais civis. Havia, portanto, possibilidade de oferta abundante sem gran-

des riscos.

Ao mesmo tempo, no começo dos anos 1990, as periferias de São Paulo viviam o auge da violência. As chacinas, que chegaram a 98 casos em 1999, vitimavam principalmente usuários de crack. Rodinhas inteiras de consumidores, altamente estigmatizados e chamados de noias, eram dizimadas.

O centro da cidade se tornou uma espécie de exílio para aqueles que queriam o crack e fugiam do extermínio nas periferias. Para lá migrou também uma ampla rede de voluntários e ONGs que passaram a tentar ajudar usuários.

Essa mistura de solidariedade, consumo alucinado e venda livre criou entre os integrantes da cracolândia uma sociabilidade própria, com costumes e regras locais, além das cenas tristes que se repetem. Talvez as mais dramáticas sejam as de pais em busca de filhos que não querem mais voltar para casa.

Desafio. Diante da realidade, o psiquiatra Auro Lescher, do Projeto Quixote, um dos especialistas há mais tempo trabalhando no local, luta para que crianças e adolescentes da cracolândia sejam tratados como "refugiados urbanos". "O crack não é só desafio de saúde pública ou polícia. É problema humanitário."

**40
PESSOAS
FORAM TIRADAS
DO LOCAL PELA
PREFEITURA NA
ÚLTIMA BLITZ**

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

08 DEZ 2011

EFEITOS DA DROGA NO CORPO

● Ação do crack é rápida e afeta vários órgãos

Cabeça



Em grandes quantidades, o crack pode deixar a pessoa agressiva, paranoica ou fora da realidade

Visão



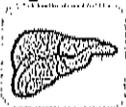
As pupilas dilatam e o sentido da visão fica mais sensível

Coração



Como o ritmo cardíaco aumenta e os efeitos na respiração são fortes, o consumo pode provocar problemas cardíacos

Fígado



Quando o crack é inalado com álcool, a mistura no fígado produz uma substância potencialmente letal, que pode provocar paradas cardíacas

Aparelho digestivo



Também pode afetar o trato digestivo, causando náusea, dor abdominal e perda de apetite

Temperatura

A pressão sanguínea aumenta e eleva a temperatura, o que pode provocar desidratação



CLARA GOLDMAN

VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

"Reconhecemos o esforço que vem sendo feito, mas não vai dar certo. A única novidade apresentada foi a inclusão das comunidades terapêuticas no Sistema Único de Saúde, iniciativa contrária às deliberações da 14ª Conferência Nacional de Saúde e com lógica oposta ao SUS, que é baseado na redução de danos, em um tratamento que respeita as escolhas dos usuários e que permite a integração social mesmo durante a internação e o tratamento. O financiamento público das comunidades terapêuticas pode comprometer todo o esforço do plano."

LUÍZ FLÁVIO SAPORI

PROFESSOR DA PUC-MG

"É uma decisão política importante e uma boa iniciativa por ter uma abordagem multissetorial. Também supera o maniqueísmo dos movimentos antimanicomiais ao admitir a internação involuntária. Outro ponto importante foi que o governo federal reconheceu pela primeira vez as comunidades terapêuticas, que hoje já desenvolvem trabalho importante no Brasil. O principal desafio, no entanto, vai ser a capacidade de executar esse plano. Existem dúvidas importantes que ainda não foram respondidas. Vai haver um coordenador para acompanhar os investimentos? Ou vai ficar solto e correr o risco de não sair do papel, como ocorreu nos planos passados? Como vão se dar as internações involuntárias e qual serão os critérios? Essas são respostas que ainda precisam ser dadas."

JANUÁRIO MONTONE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

"As ações de combate ao crack anunciadas pela presidente seguem as políticas implementadas por São Paulo e por esse motivo devem criar maior transferência de recursos federais aos cofres do Município. O governo federal demorou, mas vemos essa iniciativa como positiva. Três das principais ações anunciadas em Brasília já são adotadas na capital desde os anos 1990, como os consultórios de rua, que em São Paulo adotam o nome de saúde na rua. Temos 27 equipes que custam mensalmente R\$ 60 mil. O governo promete dar R\$ 18 mil e o recurso pode ajudar. Já vamos pleitear essa verba. Outros dois programas que já são adotados é a reserva de leitos psiquiátricos em hospitais gerais e o reconhecimento das comunidades terapêuticas como parceiras. Temos atualmente 279 pessoas internadas em comunidades parceiras."

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

08 DEZ 2011

Consumo médio de crack é de uma tonelada por dia

Estudo da Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados aponta gasto diário de R\$ 25, no mínimo, por usuário

Estimativas da Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados e da Polícia Federal indicam que os brasileiros consomem, todos os dias, entre 800 quilos e 1,2 tonelada de crack. E os números podem estar subestimados, uma vez que consideram o universo de 1,2 milhão de usuários de crack no País.

Para consolidar pela primeira vez os dados, os especialistas levaram em conta um consumo diário, por usuário, de quatro pedras. O estudo foi publicado pelo jornal *O Globo*.

Relatório preliminar do levantamento produzido pela Comissão de Segurança da Câmara, com o apoio da Federação Nacional dos Policiais Federais e do

SindiReceita, indica que um quilo de pasta-base de cocaína produz quatro quilos de crack. E um quilo de crack fabrica quatro mil pedras, cada uma com 240 miligramas, em média.

O levantamento também acaba com a falsa ideia de que o crack é uma droga barata. Não existe consumo de uma pedra. Há, sim, a dependência de cinco, dez pedras diárias, o que significa que nenhum usuário gasta, por dia, menos de R\$25.

Conforme dados divulgados ontem pelo Ministério da Saúde, entre 2003 e 2011, houve um aumento de dez vezes nos atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) por causa da dependência química - de 25 mil por mês para 250 mil.

Para atender a essa demanda, os Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas vão passar a funcionar 24 horas por dia, a pedido da presidente Dilma. De acordo com o ministério, a ampliação no horário - hoje os centros fecham geralmente às 18h - se dará de forma "gradual".

**2.462
LEITOS NOVOS
PARA USUÁRIOS
SÃO PREVISTOS
NO PROGRAMA
NACIONAL**

● No Rio

Oitenta e nove pessoas - 7 adolescentes - foram recolhidas ontem das ruas do Jacarezinho, zona norte do Rio, durante operação promovida pela prefeitura para combater uso de crack.

Abstinência. O pacote de Dilma contra as drogas prevê ainda inauguração de enfermarias especializadas em hospitais do SUS, que servirão para atendimento e internação durante crises de abstinência e intoxicação.

AÇÕES PREVISTAS

● No SUS

Enfermarias especializadas em hospitais para atendimento de pessoas em crise de abstinência e intoxicação.

Criação de 308 'consultórios', em cidades com mais de 100 mil habitantes.

● 24 horas

Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas vão passar

a atender 24 horas.

● Pontos de acolhimento

Criação de 408 unidades de acolhimento para o público adulto e de 186 para jovens de 10 a 18 anos de idade.

● Na rua

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

08 DEZ 2011

*
Análise: Ronaldo Laranjeira

'O governo federal não tem capacidade de gerir esse plano'

Sou cético em relação ao novo plano de combate ao crack e não acredito que ele vá para frente, até pelo passado recente do governo. É preciso contextualizar para entender. Essa é a terceira vez que o governo federal lança um programa contra o crack. A primeira vez foi em agosto do ano passado, em plena eleição, com R\$ 360 milhões de verba. Não deu em nada. Em maio, a presidente Dilma Rousseff lançou outro plano de combate ao crack, com os mesmos R\$ 360 milhões, porque não tinha gasto um centavo sequer do outro projeto. Não conseguiram colocar um projeto em pé, nenhuma medida, nenhuma solução. E agora aparece esse plano de R\$ 4 bilhões.

No fundo, o problema é sempre o mesmo, o governo federal infelizmente não tem capacidade de gerenciar R\$ 4 bilhões em todo o Brasil, há um claro problema de gestão. O governo federal não tem como controlar entidades e ONGs em todos os Estados, é impossível. O Ministério da Saúde não tem nem pessoal suficiente para pensar em algo do tipo.

*
Bastidores: Rafael Moraes Moura

O que era 'bobagem' virou um desafio igual ao da aids

"Eu diria que o crack para nós, na saúde pública, tem a mesma dimensão desse desafio (a aids)", disse ontem o ministro Padilha.

"Reconhecemos tecnicamente que estamos diante de uma epidemia de crack no nosso País", discursou. No entanto, essa postura é diametralmente oposta à da secretária nacional de Políticas sobre Drogas, Paulina Duarte, que, em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, afirmou

Na minha opinião, o certo seria repassar essa verba de R\$ 4 bilhões para os Estados e municípios, que conhecem muito melhor suas demandas e poderiam gerenciar melhor o dinheiro. Não pode ser apenas um jogo de cena. Se o governo federal quiser cuidar de tudo, acredito que será possível ver que daqui a seis meses nenhum centavo terá sido gasto. Além de que isso aumenta consideravelmente o risco de corrupção. A intenção do governo pode estar melhorando, claro, mas sabemos que a parte operacional continua sofrível.

Sobre o projeto do governo federal anunciado ontem a respeito da internação involuntária, é uma coisa que já fazemos em São Paulo, não é novidade. Para internar um paciente involuntariamente, é preciso a autorização de um parente ou de um representante legal, como diz a lei. Esse familiar precisa acompanhar o processo e assinar um documento, responsabilizando-se pela internação. Nesse caso, além de ter um laudo médico, é preciso avisar o Ministério Público em até 72 horas sobre a medida. Já a internação compulsória de meninos de rua usuários de droga é feita com um laudo médico depois de um pedido da Justiça, mesmo que contra a vontade do paciente.

*
É PH.D. EM PSIQUIATRIA PELA UNIVERSIDADE DE LONDRES, PROFESSOR DA UNIFESP E DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALCÓOL E OUTRAS DROGAS

que seria uma "bobagem" reconhecer o crack como epidemia. Paulina não discursou no evento ontem. Entrou muda e saiu calada. Ela também tem evitado polêmicas nos últimos meses. A Secretária Nacional Antidrogas não falou durante o anúncio do principal programa da área no atual governo.

Já a presidente Dilma Rousseff fez questão ontem de reiterar que não dará trégua no combate à droga, que foi um dos temas de sua campanha eleitoral ao Palácio do Planalto. E prometeu "combater esse processo que instaura violência e destrói famílias".

"Quero falar ao pai e à mãe de família, parceiros estratégicos. São eles que sofrem a dor e a angústia de ver um filho escravizado pela droga", disse Dilma. "Temos de fazer da dor deles a nossa dor e, ao fazer isso, ter clareza que vamos fazer tudo que estiver ao nosso alcance para a recuperação desses filhos e filhas."

08 DEZ 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CORREIOS

MPF denuncia 42 por roubar cartões de banco

O Ministério Público Federal em São Paulo denunciou à Justiça 42 pessoas suspeitas de integrar quadrilhas que desviavam cartões bancários de três centros de triagem dos Correios na capital. Entre eles estão três funcionários dos Correios, que desviavam as correspondências com os cartões de crédito e débito. As quadrilhas usavam os cartões para pagar contas ou comprar produtos eletrônicos.

R\$ 3,3 mi
É O PREJUÍZO
CAUSADO PELAS
QUADRILHAS
DESDE 2010

CASO MÉRCIA

STJ mantém decreto de prisão contra Mizael

A 6.ª Turma do Superior Tribunal de Justiça manteve na terça-feira o decreto de prisão preventiva contra o ex-policia militar e advogado Mizael Bispo de Souza, acusado de matar a ex-namorada, a advogada Mércia Milde Nakashima. Mizael e o outro acusado do crime, o vigia Evandro Bezerra da Silva, estão foragidos. Mércia sumiu em maio de 2010 e o corpo foi encontrado em junho em represa de Nazaré Paulista.

SÔNIA RACY

Espreita

Ministério Público do Rio encaminhó a Marcelo Freixo, deputado carioca, registro anônimo de mais uma ameaça de morte. A nona em dois meses.

Testemunha relata conversa do ex-PM Carlão, insistindo em matar o político.

08 DEZ 2011

METRO

Acertos do DPVAT vão até sexta no TJ

Durante esta semana, o Tribunal de Justiça do Paraná realiza audiências de conciliação entre vítimas de acidentes de trânsito e seguradoras do serviço DPVAT. O objetivo é diminuir as ações judiciais que envolvem o seguro.

Para o presidente da seguradora Líder (administradora do serviço), Ricardo Xavier, esta "é a chance da vítima receber o seguro mais rápido".

Devem comparecer ao Palácio da Justiça somente as pessoas que receberam o comunicado em casa. As bancadas contarão com advogados, peritos médicos e conciliadores. O horário de atendimento é das 13h às 18h. Em 2010, nove mil beneficiários receberam suas indenizações após acordos.



Direito

O seguro DPVAT é um direito de qualquer vítima de acidente de trânsito em todo o território nacional. As indenizações são para casos de morte ou invalidez.

Mais informações no site www.dpvatseguro.com.br.

● METRO CURITIBA

08 DEZ 2011

METRO

Liminar de eleição no Atlético é derrubada

► Votação retorna à data inicial e oposição diz que os votos diminuirão

A liminar que marcava as eleições do Atlético para o dia 18 de dezembro, um domingo, foi derrubada ontem e agora a data será três dias antes, em uma quinta-feira até as 19 horas.

O pedido havia sido feito pela chapa CapGigante, comandada pelo ex-presidente Mário Celso Petraglia. Ontem ele disse, via twitter, que a data prejudica os eleitores. "O MM (Marcos Malucelli) e seus candidatos "ferram" novamente os sócios (...) Eleições no domingo não sacrificam os eleitores com horários e falta ao trabalho", escreveu.

Duas chapas disputam, além da CapGigante, a Paixão pelo Furacão concorre. E nenhuma delas se apresenta como da situação.



THIAGO MACHADO
METRO CURITIBA

Emprestados

Furacão devolveu aos clubes de origem os dez atletas emprestados.

- **Márcio**
Pertence ao Grêmio Prudente-SP
- **Wagner Diniz**
Tem vínculo com São Paulo
- **Wendell**
Voltou ao Palmeiras
- **Fabrício**
Zagueiro pertence à Traffic
- **Cleber Santana**
Veleiro do São Paulo e pode ir para o Sport
- **Paulo Roberto**
É ligado ao Pão de Açúcar-SP
- **Kleberson**
Atleta é do Flamengo
- **Marcelo Oliveira**
Retorna ao Corinthians
- **Rodrighinho**
Voltou para o Fluminense
- **Adailton**
Pertence ao Vitória

METRO 08 DEZ 2011

Usuário de crack poderá ser internado à força

○ Programa lançado ontem pelo governo federal contará com investimentos de R\$ 4 bilhões ○ Plano prevê instalação de câmeras em locais com concentração de dependentes químicos

O governo federal anunciou ontem o plano de combate ao crack, que contará com investimentos de R\$ 4 bilhões. De acordo com o programa, os usuários poderão ser internados compulsoriamente.

O plano também prevê a instalação de câmeras em locais onde se concentram usuários da droga, conhecidos como crackolândias.

"Com câmeras fixas nesses territórios, teremos imagens que permitirão a fiscalização e policiamento dessas áreas", afirmou o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que participou do lançamento do programa ao lado da presidente Dilma Rousseff e do ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Segundo Padilha, serão criados 308 "consultórios de rua", com médicos, psicólogos e enfermeiros. Os profissionais não às ruas identificar de-

pendentes e avaliar se a internação deve ser realizada, mesmo contra a vontade do paciente. No caso de internação, o hospital deverá comunicar o Ministério Público em um prazo máximo de 72 horas.

O ministro afirmou que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) já prevê a internação involuntária de menores de idade.

O programa vai habilitar 350 auxiliares de enfermagem, 11 mil profissionais de saúde, 100 mil alunos de graduação na área de saúde e 15 mil gestores e profissionais das Comunidades Terapêuticas.

Outra novidade do plano é a criação de enfermarias especializadas em dependentes químicos nos hospitais do Sistema Único de Saúde. Até 2014, o governo prevê o repasse de recursos para a criação de 2.462 leitos. ● METRO

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO 08 DEZ 2011

O caixa 2 e suas ilustres testemunhas

A Polícia Federal convocou o ex-funcionário municipal Alexandre Gardolinski para que, em depoimento a ser tomado nos próximos dias, explique direitinho quem da coordenação da campanha do PSDB à prefeitura de Curitiba de 2008 lhe entregava o dinheiro com que mimoseava dissidentes do nanico PRTB que, contrariando orientação da própria legenda, apoiavam candidato adversário, no caso Beto Richa.

Gardolinski, rodeado de militantes do PRTB que desistiram de concorrer a vereador para formar um certo "comitê da lealdade" de apoio a Richa, apareceu em vídeo distribuindo dinheiro vivo. As imagens foram parar no Fantástico e o caso ficou conhecido como "caixa 2" do PSDB, conforme concluiu o Ministério Público Federal Eleitoral, que procedeu às investigações.

Levado a julgamento, a Justiça Eleitoral excluiu do processo o nome de Beto Richa, por perda de objeto: quando da sentença, ele já havia sido eleito governador e já não cabia aplicar a pena de perda de mandato prevista na legislação eleitoral. O mesmo destino, porém, não teve seu companheiro de chapa, o atual prefeito Luciano Ducci, que ainda se defende da acusação nas esferas eleitoral e criminal. Beto só responde na esfera criminal.

A chave para salvar um e outro está guardada principalmente com Gardolinski, arquivado vivo do episódio — magoado pela perda do emprego na prefeitura de Curitiba e pelas ações judiciais a que passou a responder. Uma das ações a que responde foi movida por Marinete Silva Costa, militante do PRTB e que, por alguns dias, figurou como candidata do partido à prefeitura de Curitiba. Ela pretende receber de Alexandre Gardolinski e de outros "dirigentes" envolvidos indenização por danos morais.

É que, no fatídico vídeo que retrata as cenas de distribuição de dinheiro, o nome dela foi citado como um dos beneficiários do esquema. Som e imagens mostram o exato momento em que recibos em seu nome eram falsificados pelos operadores do esquema, dentre os quais Manassés Oliveira, ex-vereador e ex-secretário municipal do Trabalho na administração de Richa. Marinete nega ter recebido qualquer quantia.

O processo de Marinete contra Alexandre Gardolinski (e outros) está em andamento na 4.ª Vara Cível de Curitiba, com potencial para, além do resultado prático esperado pela autora, causar embaraços para personagens hoje bem situados na política e na administração estadual. A estratégia do principal réu, visando a eximir-se da responsabilidade pelos delitos, é mostrar-se como mero cumpridor de ordens superiores. E daí é que se explica o fato de ter arrolado como testemunha ninguém menos do que Beto Richa.

Por deter prerrogativas especiais, Richa pode marcar data e hora para ser ouvido pelo juiz da causa, assim como o atual conselheiro do Tribunal de Contas Ivan Bonilha. Com a mesma sorte não contam outras testemunhas que atuaram na coordenação da campanha. Devem comparecer à audiência marcada para 15 de março o chefe de gabinete do governador, Deonilson Roldo; o presidente da Sanepar, Fernando Ghignone; e o empresário Luiz Abi, primo de Richa.

CONDENADO 1

Condenado 1

O procurador de Justiça Dartagnan Abilio do Ministério Público Federal foi colocado em disponibilidade — pena máxima prevista na lei orgânica do MP — a decisão foi do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) por unanimidade, tomada na última sessão de novembro. Em 2007, ele foi acusado de envolvimento em tumor. O caso de exorsão contra uma traficante internacional de drogas, do qual não participou, também um delatado, foi investigador e um escravo da Polícia Civil.

Condenado 2

Dartagnan chegou às costas do vídeo pelo conselho estadual do MP em 2009, mas o comitê de gerentes e outros 17 colegas recotreram ao CNMP a decisão de revisão da decisão que o absolvia. Ainda que afastado do Ministério Público, o procurador condena o mentor de seus vencimentos.

Absolvido

Por cinco votos a um, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) decidiu ontem manter no cargo o prefeito de Paranaguá, José Baki Filho (PDT). Ele e seu vice, Fabiano Elias, eram acusados de abuso do poder econômico na campanha que os reelegeram em 2008. Se tivessem sido condenados, teria direito a assunção de cargo o ex-prefeito e ex-deputado Mano Roque (PMDB) que foi o segundo colocado na eleição pleito.

08 DEZ 2011

GAZETA DO POVO

Justiça cancela edital da tevê da Assembleia

■ A Justiça cancelou nesta semana o edital de licitação que escolheria a nova produtora responsável pela TV Sinal, que transmite a programação da Assembleia Legislativa do Paraná. Essa é a terceira vez em que a Casa suspende — ou é obrigada a suspender — a concorrência. O edital no valor de R\$ 360 mil mensais foi suspenso a pedido da produtora Exclusiva, de Curitiba. A alegação era de que havia problemas na metodologia de pontuação dos concorrentes da licitação. Nos dois editais anteriores, o problema havia sido com relação ao preço. O segundo edital, por exemplo, havia sido contestado pela GW, que opera a TV Sinal atualmente e dizia ser impossível fazer o serviço por R\$ 320 mil como estava previsto. A direção da Assembleia disse que vai recorrer da decisão.

NOTA POLÍTICA

Paranaguá

O prefeito de Paranaguá, José Baka Filho (PDT), e o vice, Fabiano Vicente Elias (PSDB), foram absolvidos do processo de cassação de seus mandatos. O julgamento foi realizado ontem no TRE, em Curitiba. Os dois políticos eram acusados de uso indevido dos meios de comunicação, abuso de poder político e econômico e prática de conduta vedada a agentes públicos por meio de propaganda irregular e abusiva nas eleições de 2008.

STJ

"Toque de recolher" é ilegal

■ O Superior Tribunal de Justiça declarou ilegal a portaria que determinava "toque de recolher" a crianças e jovens na cidade de Cajuru (SP). Pela portaria, crianças ou adolescentes desacompanhados dos pais não poderiam circular na cidade após as 23 horas. Apesar de reconhecerem a boa intenção dos juízes, os defensores públicos consideraram que o poder público deve elaborar medidas que protejam crianças e adolescentes sem tolher direitos previstos pela legislação nacional e tratados internacionais.

Governo quer mais crianças com registro

■ O governo federal quer atingir até 2012 a meta das Nações Unidas (5%) para crianças até 1 ano de idade sem registro civil. Hoje, 6,6% das crianças nessa faixa etária não são registradas no Brasil. Nas comunidades indígenas, o número chega a 32%. Com esse objetivo foi lançada ontem a Campanha de Mobilização Nacional pela Certidão de Nascimento e Documentação Básica 2011.

De acordo com a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, o país conseguiu, em menos de dez anos, diminuir consideravelmente o número de crianças sem registro de nascimento. Em 2002, o índice de crianças até 1 ano era 20,9%. "Vamos alcançar, com a busca ativa, aquelas crianças e adultos que ainda não têm o registro. Essa é a nossa estratégia", disse a ministra.

Licenciamento de Colíder é suspenso

■ A Justiça Federal de Mato Grosso paralisou o licenciamento ambiental de três usinas de um complexo de hidrelétricas que será erguido no Rio Teles Pires. Em decisão liminar, a Justiça determinou que o processo passe a ser de responsabilidade do Ibama, órgão do governo federal. Até então, o licenciamento das usinas de Colíder (que será construída pela Copel), Magessi e Sinop era tocado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Enquanto isso, o Ibama ficava com as usinas de São Manoel e Teles Pires, localizadas no mesmo rio, que corta os estados de Mato Grosso e Pará.

Para o juiz federal Lulz Bispo da Silva Neto, a "repartição entre órgãos distintos" não faz sentido, diante da "notória agressividade ambiental" que será causada pelas hidrelétricas na região. A decisão concedida na terça-feira suspende a licença prévia e os estudos de impacto ambiental já realizados até o julgamento do mérito. Para os Ministérios Públicos Federal e Estadual de Mato Grosso, autores da ação, os estudos de impacto devem ser feitos de forma integrada. A Secretaria do Meio Ambiente ainda não respondeu se vai recorrer e o Ibama declarou que não vai se manifestar porque ainda não foi notificado.

08 DEZ 2011

GAZETA DO POVO

R\$ 4 bilhões contra o crack

Governo federal
ampliara atendimento
a usuários com
ambulatórios móveis e
acompanhamento
temporário em
residências
terapêuticas

PONTA GROSSA

Diego Antonelli, da sucursal, especial
para a Gazeta do Povo, com agências

O governo federal lançou ontem o segundo plano de enfrentamento ao crack em menos de dois anos. A previsão é que sejam investidos R\$ 4 bilhões até 2014 com ações estruturadas em três eixos: tratamento, prevenção e policiamento. O plano anterior, de maio de 2010, tinha um programa baseado nesses mesmos eixos, mas com uma quantia menor destinada a ações de combate à droga: R\$ 400 milhões.

Apesar de o novo plano, que leva o slogan "Crack, é possível vencer", ter medidas mais amplas relacionadas ao tratamento dos dependentes e à prevenção do uso da droga, especialistas avaliam que o sistema público de saúde ainda se mostra incapaz de tratar adequadamente os usuários. Hoje, a epidemia do crack atinge 1,5 milhão de pessoas em 91% das cidades brasileiras.

Segundo estudo divulgado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), 63% das cidades brasileiras enfrentam problemas como falta de leitos para internação e escassez de profissionais especializados em dependência química. "O Brasil não tem uma rede assistencial para o

dependente de crack e não há investimento suficiente em clínicas públicas especializadas", ressalta o médico psiquiatra Ronaldo Laranjeira, que possui pós-doutorado na área pela Universidade de Londres.

O médico psiquiatra Dagoberto Requião, especialista na área, critica o novo plano por não prever a capacitação específica de profissionais na área de saúde. Segundo informações do governo federal, 210 mil educadores, 3,3 mil policiais militares e 170 mil líderes comunitários serão capacitados para promover a prevenção ao uso de drogas em escolas públicas e na comunidade. "Os usuários de crack podem desenvolver esquizofrenia, transtorno bipolar e depressão, além de, em pacientes abstinentes, haver efeitos colaterais que necessitem de acompanhamento psiquiátrico. Serão necessários mais médicos, ainda há pouca gente capacitada", enfatiza.

Entre as novas medidas programadas está a instalação de enfermarias em hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) focadas em atendimentos de usuários de drogas, a criação de consultórios de rua em locais de maior incidência da droga e a intensificação de ações de inteligência de combate ao tráfico. O plano prevê um total de 308 consultórios de rua em todo o país, até 2014. Esses ambulatórios móveis contarão com a presença de médicos, enfermeiros, psicólogos e lideranças locais. São eles que vão determinar se é necessária a internação compulsória, medida polêmica que divide a comunidade médica. "O consultório na rua não serve para internação compulsória. Serve para proteger a vida", disse o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. De acordo com ele, o Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA) já prevê a internação de crianças e adolescentes que corram risco de vida.

Outra novidade do plano é a criação de enfermarias especializadas nos hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS). Até 2014, o Ministério da Saúde prevê o repasse de recursos para a criação de 2.462 leitos, que serão usados para atendimentos e internações de curta duração durante crises de abstinência e em casos de intoxicações graves.

CONTINUA

As ações estão estruturadas em três eixos – cuidado, prevenção e autoridade – e serão desenvolvidas de forma integrada com estados e municípios:

R\$ 4 bilhões CUIDADO

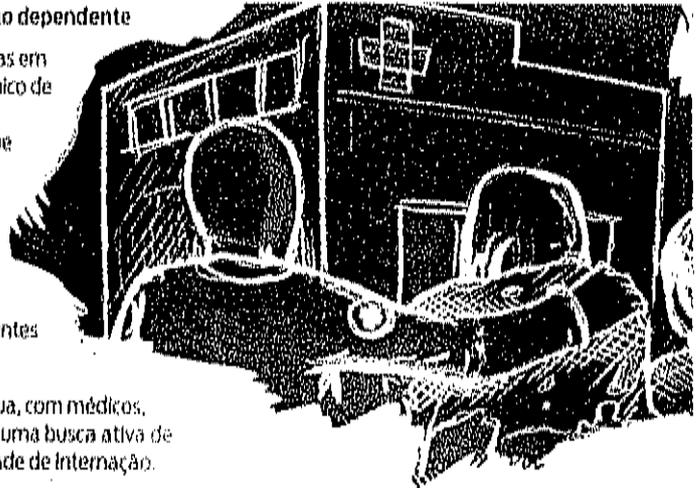
é o quanto o governo federal vai investir até 2014 no enfrentamento ao crack.

08 DEZ 2011

CONTINUAÇÃO

Medidas de suporte e tratamento ao dependente

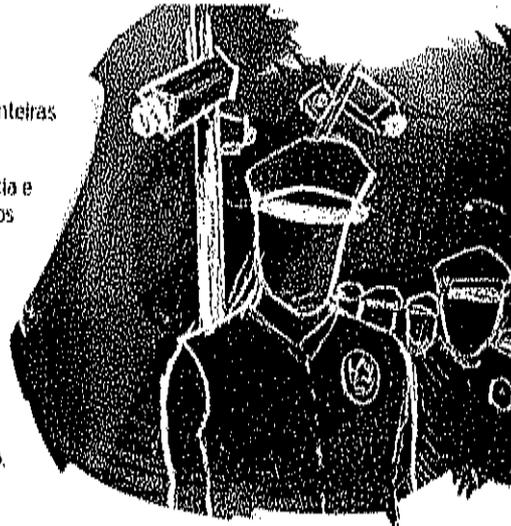
- Criação de enfermarias especializadas em dependência química no Sistema Único de Saúde (SUS), com investimento de R\$ 670,6 milhões. A previsão é de que sejam criados 2.462 leitos para o tratamento de usuários. O valor da diária aumenta em quatro vezes, chegando a R\$ 200.
- Parcerias com entidades privadas voltadas à recuperação de dependentes químicos.
- Serão criados 308 consultórios na rua, com médicos, psicólogos e enfermeiros. Será feita uma busca ativa de dependentes e avaliada a necessidade de internação.
- Serão criadas 304 novas vagas para residência multifuncional em saúde mental e quase dobradas as vagas de residência em psiquiatria nos hospitais públicos. Serão habilitados 1.650 teleconsultores.
- Os Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas funcionarão 24 horas por dia, 7 dias por semana. Até 2014, serão 175 unidades em todo o país, com capacidade para tratar 400 pessoas mensalmente.
- Criação de Unidades de Acolhimento, que cuidarão de pacientes em regime residencial por até seis meses, para manutenção da estabilidade clínica e o controle da abstinência. Serão criados 408 unidades para adultos e 166 para acolhimento infanto-juvenil.



AUTORIDADE

Ações de repressão ao tráfico

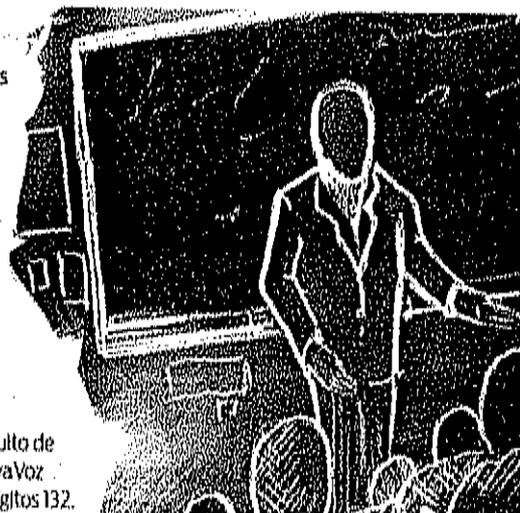
- As ações policiais irão se concentrar nas fronteiras e nas áreas de uso de drogas.
- Serão intensificadas as ações de inteligência e de investigação para identificar e prender os traficantes e desarticular organizações criminosas. O contingente das Polícias Federal e Rodoviária Federal será reforçado com mais 2 mil profissionais.
- Implementação de policiamento ostensivo e de proximidade nas áreas de concentração de uso de drogas, onde serão instaladas câmeras de monitoramento fixo. Os recursos federais serão repassados aos estados por meio de convênios.



PREVENÇÃO

Divulgação de informações e campanhas contra a droga

- Promoção de campanhas específicas para informar, orientar e prevenir a população sobre o uso do crack e de outras drogas.
- Serão capacitados 210 mil educadores e 3,3 mil policiais militares para atuar na prevenção em 42 mil escolas públicas. Serão capacitados ainda 170 mil líderes comunitários.
- O serviço de atendimento telefônico gratuito de orientação e informação sobre drogas VivaVoz passará de 0800 para o número de três dígitos 132.



CONTINUA

EXPERIÊNCIA

Comunidade terapêutica é alternativa de tratamento

Além do sistema público de saúde, os dependentes químicos podem encontrar ajuda nas comunidades terapêuticas. No Paraná, há 60 clínicas desse tipo, segundo a Secretaria Estadual de Saúde. Foi em uma dessas comunidades que E.D.S., que não quer ter seu nome revelado, buscou ajuda em Ponta Grossa, nos Campos Gerais.

Usuário de drogas desde os 14 anos, E.D.S. conheceu o crack há seis. Com 30 anos, casado e pai de dois meninos, um de seis anos e outro de três, o mecânico Industrial resolveu se internar a cinco meses. "Eu estava sozinho em casa. Foi aproveitar para fumar crack. Mas aí eu vi a foto do meu filho e pensei na besteira que estava fazendo. Quando minha esposa chegou em casa, pedi ajuda. Quería sair desse vício", revela.

Na comunidade, ele participa de atividades religiosas, pratica artesanato e também cuida da horta e da manutenção do local. "Nos primeiros meses é complicado. Sinto falta [da droga], mas agora ocupo a mente com outras coisas: leio a Bíblia e outros livros", afirma. O plano dele é sair da comunidade, procurar um emprego e fazer um curso universitário. "Quero crescer na vida. E para isso vou ter que mudar meus hábitos e minhas amizades", relata o ex-dependente químico.

Segundo o diretor da comunidade, Cristiano Correia de Souza, o tempo de recuperação varia de nove meses a um ano.

"Mas depois de sair daqui é necessário que a pessoa participe dos grupos de apoio para não ter recaída. Nesses grupos, a família também participa", explica. Segundo ele, a clínica dispõe, além de assistentes sociais, de um médico e de um psicólogo. "Se a pessoa tiver em uma crise é ideal ter um médico ao lado", comenta Souza.

ENTRAVE

08 DEZ 2011 País tem carência de 40 mil leitos psiquiátricos

No Brasil, há um déficit de quase 40 mil leitos de psiquiatria, utilizados para internação de viciados. Hoje, o país conta com 48.406 leitos, sendo 38.042 pertencentes ao Sistema Único de Saúde (SUS). O país ainda não atingiu o nível de qualidade exigido pelo próprio Ministério da Saúde, que recomenda a existência de 0,45 leitos para cada mil habitantes.

O Paraná também encara a mesma dificuldade. Dos atuais 3,2 mil leitos seria necessário aumentar o número de vagas para 4,7 mil. "Não temos condições nem leitos suficientes para uma pessoa dependente de crack que precisa ser internada", destaca o psiquiatra Dagoberto Requião.

Em tese, há três caminhos para tratar o dependente químico no Brasil. A porta de entrada para o atendimento ao usuário de

droga seria o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Para quem resiste em largar o vício, são oferecidas equipes itinerantes, como os consultórios de rua. O terceiro caminho seria a internação, que para ser concretizada exige avaliação médica.

Porém, o médico Ronaldo Laranjeira aponta que essas unidades nem sempre se mostram eficazes e muitas vezes se tornam apenas medidas paliativas. "Muitos Caps só funcionam em período diurno. À noite, o usuário pode voltar a se drogar. Seria necessário implantar ambulatórios e casas assistidas aos dependentes. Já os consultórios de rua hoje não são formados por médicos e sim por assistentes sociais que vão à rua tentar convencer uma população desassistida a largar o vício", salienta.

"O consultório na rua não servirá para internação compulsória. Servirá para proteger a vida."

Alexandre Padilha, ministro da Saúde.

"Há a necessidade de qualificação de profissionais de saúde para ampliar o acolhimento universal de usuários de crack em toda a rede de saúde. O despreparo em função do desconhecimento teórico proporciona baixa adesão dos usuários."

Débora Carvalho,
coordenadora da Divisão de
Saúde Mental da Secretaria
Estadual de Saúde.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Burocracia trava capacitação

08 DEZ 2011

Em fevereiro deste ano, o governo federal lançou algumas iniciativas de capacitação para agentes especializados no atendimento a usuários de crack. Em todo país, 49 universidades públicas deveriam oferecer cursos de formação e extensão nas áreas de assistência social e saúde específicos para tratamento de dependentes químicos. No entanto, as quatro universidades selecionadas no Paraná ainda não conseguiram colocar em prática o projeto — estão inseridas no programa a Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade de Ponta Grossa (UEPG) e Universidade Estadual do Oeste (Unioeste).

Dupla remuneração

A burocracia é responsável por travar o andamento dos projetos em todo o estado. Segundo a coordenadora do programa na UEPG, Lara Simões Floriano, por ser um estabelecimento estadual a lei não permite que o Estado remunere funcionários públicos para outras funções. "A maioria dos profissionais que pode fazer essa capacitação já é estatutária e não pode ter outra remuneração segundo a legislação", explica. Essa realidade é vivida por outras instituições, como confirma uma das responsáveis pelo projeto da UEM, Maricelma Pregola.

Segundo o governo federal, cada universidade deveria oferecer um pacote de quatro cursos para formar 300 profissionais. As universidades beneficiadas com o programa têm um orçamento total de R\$ 300 mil para efetuar a capacitação. Ontem, o governo federal anunciou, no novo programa de combate ao crack, que a medida será ampliada para 65 universidades.

GAZETA DO POVO

DIÁLOGO E BADERNA

08 DEZ 2011

A defesa de uma audiência pública para debater a terceirização de serviços do Estado era legítima. Porém, ao invadir o plenário e tentar impedir a sessão, os manifestantes cometeram um ato injustificável

Uma decisão que a princípio pode parecer equivocada não justifica como reação um comportamento ainda mais condenável. A ocupação do plenário da Assembleia Legislativa na segunda-feira é um daqueles episódios que extrapolam os limites do direito à manifestação e adquirem contornos de desrespeito às instituições democráticas.

Os manifestantes estavam exercendo uma defesa legítima de seus interesses, enquanto permaneceram nas galerias da Assembleia do Paraná para protestar contra a aprovação do projeto que permite ao governo estadual transferir alguns serviços públicos para a esfera administrativa das Organizações Sociais (OSs). A ideia defendida, de realizar uma audiência pública para discutir mais a fundo o projeto de alta relevância social, era pertinente, em especial pelas contribuições que poderiam surgir com a finalidade de aperfeiçoar a matéria.

A oportunidade da realização de uma audiência pública foi defendida inclusive pelo presidente do Tribunal de Contas do Paraná (TC), conselheiro Fernando Guimarães. Segundo observou, o repasse de serviços de responsabilidade do Estado para Organizações Sociais deveria ter sido discutido previamente, para que o texto pudesse ser bem esmiuçado antes de ser conduzido à votação pelo Legislativo. Apesar de não ter chegado a fazer uma análise aprofundada da proposta, Guimarães afirmou, em entrevista à própria *Gazeta do Povo* publicada na terça-feira, que alguns trechos do projeto eram genéricos e deveriam ser mais bem definidos. A avaliação do presidente do TC corrobora a ideia de que uma audiência pública, embora não obrigatória, poderia contribuir para a construção de um ambiente mais participativo e transparente.

A defesa de uma audiência pública para o projeto era algo legítimo por se tratar de tema polêmico e por isso mesmo sem a necessidade de ser votado às pressas. Porém, ao invadir o plenário e tentar impedir a sessão, os manifestantes cometeram um ato

injustificável que colocou por terra os argumentos que poderiam reforçar suas intenções. A Assembleia Legislativa é um poder constituído e seus representantes, eleitos pela vontade soberana do povo, têm legitimidade para a tomada de decisões. Portanto, impedir os deputados de realizar votações com a invasão do plenário, como ocorreu na segunda-feira, é inadmissível num regime democrático, que pressupõe o respeito à lei e à ordem.

Os fins não podem justificar os meios. Se houve equívocos do governo do estado em tentar aprovar um projeto relevante no menor tempo possível, a fim de evitar resistências políticas ou desgastes, por seu lado os manifestantes perderam a razão quando partiram para a baderna para tentar paralisar a votação. Definitivamente, o uso de expedientes antidemocráticos como os empregados por um grupo de supostos sindicalistas, militantes partidários e estudantes, não se coaduna com as regras da democracia.

GAZETA DO POVO

THAÍSE FORMIGARI FONTANA 08 DEZ 2011

Quanto vale o seu dano moral?

A discussão sobre a fixação dos danos morais acalora o mundo jurídico. Contudo, ao que tudo indica, esse assunto está prestes a sofrer grandes alterações. Tramita atualmente no Congresso Nacional o Projeto de Lei 523/11, de autoria do deputado Walter Tosta (PMN-MG), que define e fixa o dano moral conforme sua natureza.

Para o autor do projeto, dano moral é "todo aquele em que haja irreparável mácula à honra subjetiva de pessoa natural ou jurídica". Segundo o PL 523/11, a indenização deve ser fixada entre dez e 500 salários mínimos (R\$ 5.540 a R\$ 272.500, anualmente) sempre levando em conta o potencial econômico da vítima e o do autor do dano.

Nessa busca de especificar, e, em certo grau, de medir o dano moral, o deputado classifica quais são condutas ofensivas: cobrança indevida de valores; contratação em relação de consumo, sem a anuência formal expressa do consumidor; realização de revista em consumidor; venda de passagem para veículo de transporte coletivo cujas vagas estejam esgotadas; fornecimento de produto fora das especificações técnicas ou adequadas às condições de consumo; cobrança, por qualquer meio, em local de trabalho; erro médico que cause dano à vida ou à saúde do paciente; exposição da vida ou da saúde de outrem a risco; exposição de dados pessoais, sem a anuência formal da pessoa exposta; exposição vexatória ou não consentida da imagem pessoal; qualquer ato ilícito, ainda que não gere dano específico, entre outros.

Ainda que não estejam expressamente descritas todas as situações que o projeto prevê, é possível termos

uma ideia de qual a intenção da medida. Há muito permeia uma acirrada discussão sobre a legalidade da fixação do dano moral, baseando-se na premissa do não enriquecimento ilícito. E, pelo visto, muito se discutirá até chegarmos a um consenso.

A grande falha deste e de tantos outros projetos de lei ou mesmo de alguns entendimentos jurisprudenciais está em definir e classificar o enriquecimento ilícito, ou o enriquecimento sem causa. Para tanto é necessário entendermos do que se trata: "enriquecimento ilícito é um aumento de patrimônio de alguém, pelo empobrecimento injusto de outrem. Ao passo que enriquecimento sem causa é o proveito que, embora não necessariamente ilegal, configura o abuso de direito, ensejando uma reparação" (*Dicionário jurídico brasileiro*. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 1998).

Com base nesse conceito é que grande parte dos doutrinadores e aplicadores do Direito, e aqui englobamos também o projeto de lei 523/11 equivocadamente tenta fixar o volúvel.

Para tanto se utilizam basicamente de dois parâmetros. Primeiro do não enriquecimento ilícito, contudo uma porção a mais de cautela deve ser tomada ao falar no tema. Esse instituto na verdade não existe, ou melhor, é ilegal. Ora, não há nenhum parâmetro de justiça em dar menos ao que tem menos, ainda que tenha causado um enorme dano a sua vida ou de seu familiar apenas por seus rendimentos serem poucos, ou pior, majorar uma indenização, de um pequeno dano por ser o indenizado portador de bons rendimentos. (Sem se esquecer ainda da condição patrimonial do causador do dano). Sendo assim, aqui está a gênese dos problemas.

E em segundo lugar, contudo não menos importante está

na dificuldade de se fixar algo tão subjetivo. O que seria dano moral? Conforme já elucidado, seria o dissabor vivido por uma ofensa, dano, ou melhor dizendo nas palavras de Yussef Said Cahali: "é a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precioso na vida do homem e que são a paz, a tranquilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos, classificando-se desse modo, em dano que afeta a parte social do patrimônio moral (honra, reputação, etc.) e dano que molesta a parte afetiva do patrimônio moral (dor, tristeza, saudade, etc.), dano moral que provoca direta ou indiretamente dano patrimonial (cicatriz deformante, etc.) e dano moral puro (dor, tristeza, etc.)".

Por óbvio, não podemos afirmar que o dano gerado a um sujeito por ter sido revistado em um shopping seja o mesmo que para outro, uma vez que esta abordagem pode ter sido feita inúmeras maneiras diferentes e ainda, existem "n" sabores que cada um pode já ter vivido, o que agrava ou minimiza a situação. Enfim, qualquer forma de igualar seria uma atrocidade e um desrespeito à individualidade, em um caminho sem volta para a mecanização dos processos e a igualdade forjada e irreal no judiciário brasileiro.

Portanto, vale ressaltar que o que se busca não é indenizações incabíveis e descompensadas, nem tão pouco criar/alimentar uma fábrica de danos morais, mas sim chamar atenção ao temeroso risco que será criar uma lei que vise limitar tal proteção que foi conquistada com muito trabalho. Quanto vale o meu, o seu, o nosso dano moral? Fica a dúvida!

Thaíse Formigari Fontana, advogada

INDÚSTRIA E COMÉRCIO EMENDA CONSTITUCIONAL

Richa pede aprovação da PEC que institui novos TF

Criação das novas cortes é uma forma de
agilizar a tramitação dos processos

O governador Beto Richa reuniu-se em Brasília, com o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, para pedir a inclusão na pauta de votações do legislativo da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 544/02. A matéria, já aprovada no Senado Federal, cria quatro novos Tribunais Regionais Federais, sendo um deles em Curitiba.

O governador paranaense liderou um grupo de políticos e representantes de entidades da sociedade civil paranaense no encontro com Maia. Richa argumentou que a criação das novas cortes é uma forma de agilizar a tramitação dos processos e também de reduzir custos. "Hoje, o Tribunal de Porto Alegre demora até cinco anos para julgar recursos", explicou.

Para o governador, a proposta que cria os tribunais do Paraná, Amazonas, Minas Gerais e Bahia é de interesse nacional. "Todos os tribunais existentes estão sobrecarregados de processos", afirmou o governador do Paraná, que fez a mesma defesa da votação durante um encontro com o líder do governo na Câmara, deputado federal Cândido Vaccarezza. Em seguida, no encontro com a ministra-chefe da Casa Civil,

Gleisi Hoffmann, no Palácio do Planalto o assunto voltou à pauta e Richa pediu que o governo federal também apoie a ideia.

Para o deputado Marco Maia, o interesse do Paraná é legítimo. Ele destacou que é fundamental apresentar proposta ao colégio de líderes do legislativo federal para que a PEC possa tramitar com celeridade e se dispôs a ajudar no processo. Maia também disse que o governo federal precisa estar seguro de que não haverá criação de despesas elevadas com a instituição das novas cortes.

O presidente da seção Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil, (OAB-PR), José Lúcio Glomb, destacou a intervenção do governador Beto Richa no processo que já se arrasta há quase dez anos. Para ele, é um avanço para o País a criação de novos tribunais federais.

Na mesma linha, o presidente da Associação de Juízes Federais do Brasil, Gabriel Wedy, afirmou que a instituição das cortes é uma questão de segurança nacional e ajuda, inclusive, a aumentar a arrecadação do governo a partir da execução da cobrança de multas e impostos devidos, por exemplo.

"A Justiça Federal arrecada R\$ 10 bilhões por ano. É autossustentável", disse Wedy. Ele foi incisivo em ressaltar o apoio total da instituição e dos magistrados federais para a votação urgente da proposta. "Não temos dúvida desta necessidade e a proposta tem nosso apoio integral", disse.

O presidente da Associação Paranaense de Juízes Federais, Anderson Furlan, também acompanhou o encontro na Câmara dos Deputados.

08 DEZ 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Corregedor-Geral do MP-PR toma posse hoje

Nesta quinta-feira, 8 de dezembro, o procurador de Justiça Moacir Gonçalves Nogueira Neto será reconduzido ao cargo de corregedor-geral do Ministério Público do Paraná. Ele foi re-eleito no dia 1º de dezembro, pelos procuradores de Justiça que integram a instituição. Moacir assumirá a Corregedoria-Geral do MP-PR por mais dois anos. A posse será realizada na sala do Conselho Superior do Ministério Público, às 14h30 (Rua Marechal Hermes, 751, Centro Cívico).

A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador de atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público. A Lei Complementar Estadual nº 85/99, que estabelece a Lei Orgânica do MP estadual, elenca as atribuições do corregedor-geral na Seção IV. Entre elas estão realizar correlações e inspeções nas Promotorias; inspeções nas Procuradorias de Justiça; propor ao Conselho Superior do Ministério Público o não vitaliciamento de membro do Ministério Público; fazer recomendações a órgão de execução, sem caráter vinculativo; instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos da Administração Superior do MP, processo disciplinar contra membro da instituição, presidindo-o e propondo a aplicação das sanções administrativas cabíveis; encaminhar ao procurador-geral de Justiça os processos administrativos disciplinares que a ele incumba decidir; apresentar ao procurador-geral, na primeira quinzena do mês de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça, relativas ao ano anterior, entre outras funções.

Currículo

Moacir ingressou no Ministério Público do Paraná em abril de 1986, iniciando na carreira como promotor substituto em Cruzeiro do Oeste. Desde então, já passou pelas comarcas de Cambará, Antonina, Goleerê, Araucária, Foz do Iguaçu e Curitiba. Na capital, atuou na Promotoria de Adolescentes Infratores e na de Fazenda Pública, até ser convidado para atuar na Assessoria de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, em 1994, onde atuou por oito anos, com três diferentes procuradores-gerais. A partir de 2002, atuou nos setores de Recursos Cíveis e Recursos Criminais, e como promotor de Justiça substituto em 2º Grau. Em agosto de 2006, foi promovido a procurador de Justiça. Exerceu por duas vezes o cargo de conselheiro do Conselho Superior do Ministério Público e atuou também como coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público.

FÁBIO CAMPANA

Absolvidos

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) absolveu ontem (7), por cinco votos a um, o prefeito José Baka Filho (PDT) e seu vice Fabiano Elias (PSDB) da acusação de promoverem campanha antecipada e abuso de poder nas eleições de 2008, quando concorreram à reeleição em Paranaguá.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO
FISCALIZAÇÃO 08 DEZ 2011
CNJ inspeciona
folha de
pagamento
de tribunais

Corregedoria Nacional irá verificar movimentações financeiras atípicas

A Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), está realizando inspeções em diversos tribunais estaduais, trabalhistas, federais e militar para verificar movimentações financeiras atípicas de magistrados e servidores. A decisão foi tomada a partir de informações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), encaminhadas à Corregedoria, apontando a existência de operações atípicas, embora não necessariamente irregulares, em 22 tribunais.

A equipe de inspeção, auxiliada por técnicos do Tribunal de Contas da União, vai verificar a compatibilidade das movimentações financeiras e da evolução patrimonial com os rendimentos dos magistrados e servidores. As investigações são sigilosas e têm como destino os Tribunais de Justiça da Bahia, de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Distrito Federal e Territórios, de Minas Gerais, do Pará, da Paraíba, do Maranhão, do Acre, do Amazonas, de Roraima e do Espírito Santo e os Tribunais Regionais do Trabalho das 1ª, 3ª, 6ª, 10ª, 12ª, 13ª, 14ª e 15ª Regiões.

Serão também inspecionados o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e Tribunal de Justiça Militar de São Paulo.

A Corregedoria Nacional de Justiça esclarece, entretanto, que movimentações atípicas não significam a existência de ilegalidade, já que o magistrado pode ter recebido créditos salariais ou heranças e prêmios de loterias. O objetivo da inspeção, portanto, é esclarecer as aparentes incoerências apontadas pelo Coaf, adotando as medidas necessárias para corrigir eventuais desvios dos magistrados. Estão sendo verificadas informações relativas ao período de 2006 a 2010.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Opinião

08 DEZ 2011

A evolução do Princípio da Insignificância

***Roger Spode Brutti**

O Princípio da Insignificância, hodiernamente, encontra aceitação pacífica no cenário jurídico nacional. Não obstante, já foi, outrora, tema de veemente resistência, tanto pelo Judiciário como pelo Ministério Público.

Em 2004, por exemplo, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou pedido de habeas corpus (HC 23.904) contra condenação a dois anos de prisão imposta a ajudante de pedreiro que teria furtado uma fotocópia de cédula de identidade, uma moeda de R\$ 0,10 e outra de R\$ 0,05. Para o Juiz, a sociedade clamava por "tolerância zero" e a jurisprudência rejeitava o conceito de crime de bagatela.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), ao julgar a apelação, classificou o princípio da insignificância como "divertimento teórico, supostamente magnânimo e 'moderno". Aduziu-se, ainda, que, "para certos esnobes, tudo o que não coincide com suas fantasias laxistas pertence à Idade da Pedra; eles, e mais ninguém, representam a modernidade, a amplitude de visão, a largueza de espírito, a nobreza de coração; eles definitivamente têm uma autoestima hipertrofiada. Acha-se implantada uma nova ordem de valores, a moderna axiologia: comerás com moderação! Beberás com moderação e furtarás com moderação! Essa arenga nihilista do Direito Penal mínimo não raro conduz ao amoralismo máximo", completou o desembargador naquela época.

Ao relatar o caso no STJ, o ministro Paulo Medina registrou estranheza com "a forma afrontosa dos fundamentos" do TJSP. "O respeito à divergência ideológica é o mínimo que se pode exigir dos operadores do Direito, pois, constituindo espécie das chamadas ciências sociais aplicadas - o que traduz sua natureza dialética -, emerge sua cientificidade, de que é corolário seu inquebrantável desenvolvimento e modernização, pena de ainda vigorar o Código de Hamurabi", afirmou.

"Os fundamentos utilizados pelo Tribunal a quo refogem à epistemologia da ciência do Direito Penal, na medida em que retira seu substrato de proposições calcadas em valores morais apreendidos a partir de ensinamentos familiares do Julgador, de duvidosa sabedoria", acrescentou o ministro. "Ora, há muito separou-se o Direito da Moral", completou.

Hoje, finalmente, após tantos e tantos anos de tumultuada hesitação, o instituto em epígrafe foi, de braços abertos, recepcionado plenamente no País, sedimentando-se, com suficiente clareza e maestria, todos os seus tópicos e particularidades teóricas pertinentes.

***Roger Spode Brutti** é delegado de Polícia Civil, lotado em Palmares do Sul/RS

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SDI-2 mantém decisão que anulou usucapião de imóvel penhorado

08 DEZ 2011

A Subseção 2 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho manteve decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP) que anulou o reconhecimento de usucapião de um imóvel da Rami Montagens Industriais S/C Ltda. em benefício da sócia da empresa, que residia no local há mais de 17 anos. O entendimento foi o de que o ato que reconheceu a usucapião e declarou a impenhorabilidade do imóvel violou direito líquido e certo do trabalhador que recebeu o imóvel como pagamento de dívidas trabalhistas.

A reclamação trabalhista originária foi ajuizada por um ex-advogado que trabalhou para a Rami. Sem enviar representantes à audiência de conciliação, a empresa foi condenada à revelia. Na fase de execução, o advogado indicou à penhora o imóvel que servia de residência à sócia e sua família, e foi feita a adjudicação – ato pelo qual se transfere a posse de um bem penhorado ao credor, para pagamento da dívida.

Transcorrido o prazo para embargos à adjudicação sem que houvesse manifestação, a imissão de posse foi determinada em junho de 2008. Em outubro daquele ano, porém, a juíza da 2ª Vara do Trabalho de Araraquara (SP) declarou, de ofício, a nulidade de todos os atos relativos à execução e declarou que o imóvel, como bem de família, era impenhorável.

Usucapião

A decisão de ofício fundamentou-se no fato de o imóvel, de propriedade da empresa, ter sido adquirido para moradia da sócia, e que o credor, como ex-advogado da empresa, tinha conhecimento dessa transação. A juíza afirmou ainda que o advogado tinha meios de subsistência “bem superiores aos da moradora que está sendo desalojada” e considerou, com

base no artigo 1.238 do Código de Processo Civil. Finalmente, a declaração de ofício de bem de família também foi considerada abusiva. “Em momento algum houve defesa nesse sentido”, observou o TRT.

Recurso

A sócia recorreu dessa decisão à SDI-2, alegando que a nulidade da execução foi decretada com base em farta documentação jurídica, não sendo, portanto, abusiva. Mas o relator, ministro Caputo Bastos, manteve o fundamento da ilegalidade do ato e da violação do direito líquido e certo do ex-empregado de receber o imóvel para satisfação da dívida trabalhista.

O ministro observou que, naquela ocasião, a execução já se encontrava “perfeita e acabada”: o imóvel já havia sido adjudicado, a carta já havia sido expedida, o seu registro efetuado e o mandado de imissão de posse expedido. Só então a juíza decidiu realizar audiência de conciliação entre o credor e a sócia. Não conseguindo acordo, analisou o problema como “incidente processual para apuração de se tratar ou não de bem de família, portanto impenhorável”, e proferiu a decisão que reconhecia a usucapião. A essa altura, porém, “as questões possessórias envolvendo quem não era parte no processo não poderiam mais ser discutidas pela Justiça do Trabalho, que já havia esgotado sua competência”, afirmou Caputo Bastos.

O relator afastou também a alegação da sócia de não ter sido notificada dos atos de expropriação do imóvel com o entendimento de que ela não era parte do processo nem proprietária do imóvel, que se encontrava em nome da empresa. Quanto à usucapião, seu reconhecimento deveria ser buscado junto à Justiça Comum.

08 DEZ 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

40 dias pra cadastrar digitais

Diavo Peschi

Faltando menos de 40 dias para terminar o prazo para o recadastramento biométrico - o prazo encerra em 20 de janeiro - o diretor-geral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), Ivan Gradowski, alerta aos eleitores de Curitiba que não deixem para fazer o procedimento nas últimas semanas. Isso porque, a partir de 20 de dezembro, possivelmente o agendamento pela internet será suspenso, o que obrigará a população da capital a realizar todo o trâmite pessoalmente na Central de Atendimento ao Eleitor.

Com o agendamento eletrônico, o eleitor não tem perdido mais do que dez minutos no TRE-PR.

Com 230 guichês, a Central de

Atendimento ao Eleitor tem capacidade para atender 12 mil pessoas por dia. De maio até ontem, 870 mil moradores da capital já fizeram o cadastro biométrico, o que corresponde a 67% dos 1,3 milhão de eleitores. Para atingir o percentual determinado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de 80% do total, o TRE-PR precisa atingir a marca de 1,070 milhão de eleitores.

Quem não comparecer até 20 de janeiro terá o título cancelado. Gradowski diz não ter dúvidas de que Curitiba atingirá a meta de 80% até 20 de janeiro. Caso não atinja a meta, corre o risco de não ter votação biométrica. "Em Curitiba, nas próximas eleições os eleitores vão votar através de urnas biométricas", assegura o diretor-geral do TRE-PR.

Eleitores esquecem da transferência

Entre os 1,3 milhão de eleitores registrados em Curitiba há um grande número de pessoas que faleceram e não foram excluídas e ainda de pessoas que mudaram de município e não transferiram o título.

O TRE-PR já remeteu 300 mil cartas convocatórias para os eleitores e deve postar outras 400 mil nos próximos dias, informou o diretor-geral. Outra iniciativa para facilitar o agendamento, o ônibus que percorreria pontos de grande aglomeração de pessoas, como terminais, não chegou a cumprir

o cronograma previsto.

"Infelizmente, o veículo era muito antigo e funcionou muito pouco porque quebrou", lamentou Gradowski.

Até 20 de janeiro, a Central de Atendimento ao Eleitor funcionará inclusive aos sábados e domingos, das 8h às 18h30. O endereço é Rua João Parolin, 55. O atendimento só estará suspenso em cinco datas: 24, 25, 30 e 31 de dezembro e 1º de janeiro. Informações e agendamento (até 20 de dezembro): www.tre-pr.jus.br. (OP)

TRIBUNA DO PARANÁ

08 DEZ 2011

R\$ 4 bi contra o crack

AE / Brasília

A presidente Dilma Rousseff lançou ontem um pacote de ações de combate ao crack e outras drogas, com investimento previsto de R\$ 4 bilhões até 2014. Entre as ações programadas estão a instalação de enfermarias em hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) focadas em atendimentos de usuários de drogas, criação de consultórios de rua em locais de maior incidência de crack e a intensificação de ações de inteligência de combate ao tráfico.

Em seu discurso, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, admitiu que o País vive uma "epidemia de crack". O ministro também disse que é preciso "distinguir" a ação rigorosa da polícia, voltada para o traficante, do tratamento que deve ser conferido ao usuário e dependente de drogas. Com os consultórios de rua, o governo pretende aperfeiçoar os mecanismos de internação involuntária. "Temos diretrizes claras da Organização Mundial da Saúde, do Ministério da Saúde, do

próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, que orientam os procedimentos para internação involuntária. O Ministério da Saúde vai financiar consultórios na rua, em parceria com Estados e municípios, para que avaliação seja feita por profissionais de saúde, com capacidade de evoluir individualmente as pessoas e as colocarmos em unidades adequadas para abrigo, acolhimento", explicou Padilha.

Também foi anunciado pelo governo que os Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas (CAPSAd) vão funcionar 24 horas por dia, sete dias por semana. O objetivo é garantir 175 unidades em todo o País. O pacote prevê ainda instalação de câmeras de monitoramento em áreas de concentração de uso de drogas, como forma de prender traficantes e combater organizações criminosas.

Segundo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, serão contratados mais de dois mil policiais para reforçar as equipes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

Inocentado

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) absolveu ontem, por três votos a dois e uma abstenção, o prefeito de Paranaguá, José Baka Filho (PDT) e seu vice Fabiano Elias (PSDB). Eles eram acusados de promover campanha antecipada e abuso de poder nas eleições de 2008, quando concorreram à reeleição em Paranaguá. A denúncia foi arquivada por erros formais e de mérito. A decisão foi comemorada por lideranças pedetistas.

Devolve 1

O ex-prefeito Marcelo Francisco de Souza, de Florópolis, no norte do Paraná, foi condenado a devolver R\$ 3,5 milhões apropriados indevidamente do caixa do município durante sua gestão. A decisão é da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, que manteve, por unanimidade de votos, a sentença do Juízo da Vara Cível e Anexos da Comarca de Porecatu. Esta, por sua vez, julgou procedente o pedido do Ministério Público na ação civil pública por ato de improbidade administrativa ajuizada contra o ex-prefeito.

Devolve 2

Além do ressarcimento integral do dano, a Justiça confirmou a indisponibilidade dos bens de Souza até o efetivo ressarcimento, decretou a perda da função pública que eventualmente exerça, o pagamento de multa civil no valor do dano a ser apurado, a suspensão dos direitos políticos por oito anos e a proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, por dez anos.

TRIBUNA DO PARANÁ

Derosso

CPI que investiga Derosso vai às gráficas onde foi impresso o "Câmara em Ação", mas não encontra as edições

Cadê o jornal?

Ana Carolina Bendlin

Integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades cometidas pelo vereador João Claudio Derosso (PSDB) estiveram anteontem em mais uma gráfica para verificar informações sobre a impressão do informativo Câmara em Ação. Desta vez, a diligência foi realizada na gráfica Infante. Durante a visita, o grupo constatou que somente quatro edições do jornal foram impressas neste local. No total, o informativo contou com 48 edições, segundo o presidente licenciado da casa, cada uma delas com cerca de 200 mil exemplares.

Com isso, fica a dúvida de onde foram impressas outras 14 edições as outras 30 foram impressas na gráfica Ideal, alvo de diligência anterior da CPI. Durante seu depoimento na Câmara, um dos proprietários da agência Visão Publicidade, Luiz Eduardo Turkiewicz, indicou somente as duas gráficas como sendo os locais onde o informativo era impresso. A empresa foi contratada pela Câmara para elaboração, impressão e distribuição do Câmara em Ação entre 2006 e 2010.

Procura

De acordo com o vereador Pedro Paulo (PT), um dos integrantes da CPI, o próximo passo da comissão será procurar o nome de outras gráficas que possam ter impresso o informativo nos documentos da execução do contrato e, em seguida, fazer novas diligências, previstas para amanhã. "Vamos analisar todo esse material para tentar localizar as empresas envolvidas na impressão e também na distribuição porque há dúvidas se o informativo foi distribuído corretamente", explica.

Entre os locais de distribuição indicados por Turkiewicz, estariam terminais de ônibus e vias de grande fluxo de veículos e pessoas. "Sabemos que eram pontos fixos de distribuição e pretendemos localizar os comerciantes mais antigos desses locais para questioná-los", informa o petista. A CPI também estuda outras medidas para complementar a investigação.

O relatório final, que será votado no dia 20.

08 DEZ 2011

JORNAL DO ESTADO

PROPINA

MP pede afastamento de prefeito de Castro

08 DEZ 2011

O Ministério Público do Paraná, através da Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público de Castro, na região centro-sul do estado, apresentou ontem duas ações civis públicas por conta de irregularidades no serviço de transporte coletivo na cidade. Na primeira ação são requeridos o prefeito de Castro, Moacyr Elias Fadel Junior e ex-presidente da Associação dos Municípios do Paraná (AMP), as empresas Viação Cidade de Castro Ltda e Viação Santana Iapó Ltda e seus diretores e quatro servidores municipais, além do Município. Na outra, a Viação Cidade de Castro e o Município. O MP-PR também requer, liminarmente, o afastamento do prefeito do cargo e a diminuição da tarifa de ônibus no município de Castro.

O responsável pelo caso é o promotor de Justiça Paulo Conforto, que sustenta a existência de "um conluio voltado à manutenção da empresa Viação Cidade de Castro como prestadora dos serviços de transporte público urbano neste município de Castro, a qual também seria beneficiada pelo pagamento a menor de ISS (Imposto Sobre Serviços) e pela injustificada majoração das tarifas de transporte público (tudo isto obtido por meio da adulteração dos registros dos números de passageiros transportados), em troca do pagamento periódico de propina, feito pela empresa" em favor do prefeito. As acusações são embasadas em documentos e em imagens de DVD. Em uma das gravações, o prefeito aparece recebendo maços de dinheiro, que seriam pagamento de propina.

08 DEZ 2011

JORNAL DO ESTADO

Banestado

A Procuradoria Regional da República da 4ª Região recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra decisão da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) que, por unanimidade, concedeu *habeas corpus* a favor de diretores da DM Construtora de Obras Ltda, condenados em junho do ano passado pelo crime de lavagem de dinheiro pela 2ª Vara Criminal Federal de Curitiba. No final dos anos 90, a empresa tinha dívida de R\$ 15,7 milhões com o Banestado. Para quitar o débito, recebeu desconto de 48,34%, correspondente a R\$ 7,6 milhões, pagando apenas R\$ 8,1 milhões. Os réus Darci Mário Fantin e Giovano Conrado Fantin foram denunciados por lavagem de dinheiro por agirem em conluio com os membros da cúpula diretiva do Banestado na gestão fraudulenta da instituição financeira.

EM BAIXA

Os mais de 400 mil eleitores curitibanos que ainda não fizeram o **RECADASTRAMENTO BIOMÉTRICO NO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL** podem não conseguir agendar o atendimento pela internet a partir do dia 20 deste mês. O TRE estuda cancelar o agendamento eletrônico para evitar sobrecarga no sistema.

JORNAL DO ESTADO

EVANDRO GRILI

08 DEZ 2011

Bem vinda, mas...

Entrou em vigor no Estado de São Paulo a Lei Estadual nº 14592/2011. Ela dispõe sobre a proibição do consumo de bebidas alcoólicas por menores no Estado. Seu artigo 1º resume bem o seu propósito: "Fica proibido, no Estado de São Paulo, vender, ofertar, fornecer, entregar e permitir o consumo de bebida alcoólica, ainda que gratuitamente, aos menores de 18 (dezoito) anos de idade". A legislação tem levado os fiscais às ruas e diversos estabelecimentos estão sendo multados.

O valor das multas vai de R\$ 1.745,00 até R\$ 87.250,00 por infração verificada. Aqueles que reincidirem nas infrações podem ter o estabelecimento interditado, e, até mesmo, terem cassadas as suas inscrições como contribuintes do ICMS no Estado de São Paulo. Essa penalidade máxima significa o mesmo que fechar as portas definitivamente de um estabelecimento comercial.

Enfim, tal qual se fez com o cigarro, banindo-o de ambientes fechados, a meta agora é abolir o consumo de bebidas alcoólicas por menores em estabelecimentos comerciais e congêneres. Ótima iniciativa, contudo, nessa questão, é preciso pontuar uma situação que, dia-a-dia, vai rondar bares, restaurantes, festas e eventos.

É comum, em nosso País, menores falsificando os seus documentos de identidade para alterar a data de nascimento, passando-se por maiores. Outra prática comum é o empréstimo de RGs por um maior para que um menor possa ingressar em shows, festas e até mesmo consumir bebida alcoólica.

Isso agravado pelo fato de que, também são comuns, as falsificações de documentos públicos, muitas vezes, com papel oficial usado pelos órgãos públicos. É o caso, por exemplo, de carteiras de habilitação, RGs, etc. A mídia já cansou de denunciar esse tipo de delito.

E, sendo assim, como fica o dono do estabelecimento que for autuado porque um menor lhe apresentou um RG falso ou emprestado de um amigo ou parente maior de 18 anos?

A lei paulista não prevê qualquer exclusão da culpa do empresário diante deste fato. A questão vai ficar mesmo para ser discutida através das defesas administrativas, e, fatalmente, vai parar no Judiciário.

É certo que o Estatuto da Infância e da Juventude prevê sanções a menores que assim procederem, inclusive em relação aos seus pais. Mas é certo que esta previsão não tem servido para que estes delitos sejam evitados, dia após dia em todo o Brasil.

Do ponto de vista jurídico nos parece que o estabelecimento será inocentado das sanções que lhe forem impostas, toda vez que for fraudado por este menor usuário de documento falso ou emprestado de maior.

Ainda que se alegue que a responsabilidade é objetiva, temos que lembrar que a legislação brasileira prevê excluídas de responsabilidade em casos desse tipo. Exemplo é o art. 14, parágrafo 3º, inciso II do Código do Consumidor, que estabelece a exclusão das imputações quando ficar comprovada a culpa de terceiro.

Aqui, neste tipo de circunstância, nos parece ser evidente a responsabilidade dos pais que não cuidaram de tomar medidas capazes de impedir que seus filhos usem documentos falsos ou tomem emprestado RGs de maiores de idade para ostentar um estado que não ainda não possuem.

É a chamada culpa in vigilando dos responsáveis legais dos menores, adotada há séculos no Direito, que vai permitir, ao nosso ver, o cancelamento da multa e eventual ação de regresso contra os responsáveis do menor para ressarcimento dos prejuízos patrimoniais e morais causados a quem foi autuado nestas circunstâncias. Mas lembrem-se, vai ser preciso provar essa circunstância. Por esta razão é necessário que essa falsificação ou empréstimo fique caracterizada formalmente no ato de aplicação da multa. Mais uma demanda social que, certamente, vai implicar em solução judicial.

Evandro Grili é advogado pós-graduado em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário, sócio do Brasil Salomão e Matthes Advocacia e, atualmente, coordena a área de meio ambiente do CIESP OESTE/SP

07 DEZ 2011

Ivan Sartori é eleito presidente do TJ

Paulista

CONJUR

Por Rogério Barbosa

Nova direção: Franceschini, Sartori e Nalini

O desembargador **Ivan Ricardo Garisio Sartori** é o novo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo. Contrariando a expectativa geral que dava como certa a vitória do atual presidente José Roberto Bedran, Ivan Sartori recebeu 164 votos enquanto Bedran teve 147. Na lista de antiguidade da corte, Sartori ocupa a 137ª posição.

No primeiro escrutínio, Sartori recebeu um voto a mais que Bedran. O que se constatou foi que todos aqueles que votaram em branco ou nulo no primeiro escrutínio, no segundo turno optaram por Sartori.

Em nove meses de administração, José Roberto Bedran empreendeu a mais ousada reforma da história do Tribunal de Justiça de São Paulo. Tomou medidas corajosas no sentido de apressar os julgadores mais lentos, amputou benefícios indevidos criados em gestões passadas e colocou o tribunal em um novo patamar. Para diminuir o atraso do julgamento dos recursos, Bedran repartiu o estoque encalhado com os desembargadores que estavam com o serviço em dia. Sartori não representa os contrariados, mas foi beneficiado pelo voto de protesto que, somado ao entusiasmo da ala jovem por arrostar a regra que só admite os mais antigos no comando e dos antigos integrantes dos tribunais de alçada, venceu — o que foi uma surpresa até para ele próprio.

Eleito diretor da Escola Paulista de Magistratura, o desembargador **Armando de Toledo**, considera que a eleição de Sartori não significa insatisfação com a gestão de Bedran que "conduziu o TJ-SP de forma equilibrada e razoável". Para ele, os critérios que regem a eleição merecem uma reanálise. "Tem que se permitir a candidatura daquele que se sente capaz, não do mais antigo. De certa forma uma mudança como esta traria benefícios até para o mais antigo, que se eleito, saberia que é porque os colegas acreditam na sua capacidade, e não por uma simples questão de antiguidade", disse o desembargador.

Para outros, a decisão da maioria de colocar Sartori na presidência parte do raciocínio de que com data fixa para sair, daqui a seis meses quando atinge a idade limite de 70 anos de idade para permanecer no serviço público, Bedran não teria condições de agir politicamente em prol dos interesses do tribunal. "Com apenas seis meses de presidência por cumprir, ele não teria muito poder para dialogar com o executivo e com o legislativo", expressou um dos desembargadores.

Para **Nelson Calandra**, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Sartori tem toda a condição de conduzir o tribunal paulista de forma transparente e dar continuidade ao momento crescente que o tribunal vive.



CONTINUA

CONTINUAÇÃO

CONJUR 07 DEZ 2011

Ivan Sartori

Segundo o **Anuário da Justiça São Paulo 2012**, Ivan Sartori é uma "liderança destacada da Seção de Direito Público e do Tribunal de Justiça". Foi duas vezes eleito para o Órgão Especial. Foi relator do novo Regimento Interno do TJ e coautor do anteprojeto que deu origem à lei que criou os cargos de assistente jurídico para os gabinetes dos desembargadores. Em 2007, inscreveu-se para concorrer à Presidência do Tribunal, mas foi surpreendido pela decisão do Supremo que limitou a disputa pelos cargos de direção aos desembargadores.

Integrante da 13ª Câmara de Direito Público, nasceu em 1957 em São Paulo. Formou-se em 1979 pela Universidade Mackenzie, ingressando na magistratura em 1980. Foi juiz em Orlandia, Bariri, São Bernardo do Campo, Mogi das Cruzes e São Paulo. Foi promovido a juiz do antigo Tribunal de Alçada Criminal em 2001 e a desembargador do TJ-SP em 2005.

Outros eleitos

Para vice-presidente foi eleito o desembargador José Gaspar Gonzaga Franceschini com 273 votos. O desembargador José Renato Nalini foi eleito para a Corregedoria Geral da Justiça com 210 votos. Ele concorreu no segundo turno com o desembargador Hamilton Elliot Akel, que obteve 90 votos.

O desembargador Antonio José Silveira Paulilo, que foi candidato único, obteve 142 votos e presidirá a Seção de Direito Privado. Para a Seção de Direito Criminal foi eleito, no segundo turno, o desembargador Antonio Carlos Tristão Ribeiro com 46 votos. O desembargador Antônio Manssur teve 27 votos. A Seção de Direito Público será comandada pelo desembargador Samuel Alves de Melo Junior, com 46 votos. O desembargador Ricardo Cintra Torres de Carvalho recebeu 33 votos.

Para a Escola Paulista da Magistratura foi eleita a chapa comandada pelo desembargador Armando Sérgio Prado de Toledo com 150 votos. A chapa teve 9 votos a mais que a presidida pelo desembargador Ademir de Carvalho Benedito, que obteve 141. Além do diretor, compõem a chapa o vice-diretor, José Raul Gavião de Almeida, e os membros do Conselho Consultivo e de Programas, Antonio Luiz Pires Neto, Geraldo Luis Wohlers Silveira, José Carlos Ferreira Alves, Luis Carlos de Barros, Paulo Dimas de Bellis Mascaretti e Ricardo Henry Marques Dip e o juiz Regis de Castilho Barbosa Filho, como representante do primeiro grau.

CONJUR

Todos os juizes devem se cadastrar no

Bacen Jud

07 DEZ 2011

Todos os juizes do país devem se cadastrar no sistema de penhora online do Banco Central, o Bacen Jud. Por maioria, nesta quarta-feira (7/12), o Supremo Tribunal Federal considerou válido o ato do Conselho Nacional de Justiça que obriga todos os juizes do país, com função executiva, a se cadastrarem no sistema.

O Bacen Jud é um sistema eletrônico que permite ao juiz solicitar informações sobre movimentação bancária de clientes de instituições financeiras e determinar bloqueio de contas. O CNJ determinou, em 2008, que todos os juizes deveriam se cadastrar obrigatoriamente no sistema.

A decisão do Supremo foi tomada no julgamento do Mandado de Segurança apresentado pelo juiz Roberto Wanderley Nogueira, que questiona a obrigatoriedade do cadastro no sistema. Nogueira alega que o ato do Conselho "fere seu direito líquido e certo à independência funcional" e o afasta da sua função principal, que é de julgar.

Em voto-vista, o ministro Ricardo Lewandowski afirmou que a Constituição Federal diz caber ao CNJ expedir atos regulamentares no âmbito de sua competência administrativa. Segundo o ministro, a determinação do CNJ, no sentido de que todos os juizes se cadastrem no Bacen Jud, faz parte dessa competência.

Os ministros Dias Toffoli, Ayres Britto, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Cezar Peluso acompanharam o Lewandowski, pelo indeferimento do mandado de segurança. Já a relatora, Cármen Lúcia, votou pela concessão da ordem e foi acompanhada pelos ministros Luiz Fux e Marco Aurélio.

Em seu voto, Cármen entendeu que o CNJ desbordou a sua competência constitucional, prevista no artigo 103-B da Carta da República. Segundo ela, essa determinação do Conselho não teria embasamento legal. O julgamento foi interrompido por um pedido de vista do ministro Ricardo Lewandowski, que trouxe o caso de volta para o Pleno nesta quarta-feira (7). *Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.*

MS 27.621

PARANÁ ONLINE

Estado deve fornecer remédios para pacientes com doenças graves

07 DEZ 2011

Redação

O Ministério Público do Paraná, através da Promotoria de Proteção à Saúde Pública de Ponta Grossa, na região dos Campos Gerais, propôs nesta semana mais três ações contra o Estado para fornecimento de medicamentos para pacientes com doenças graves.

No primeiro caso, a mãe de um portador da Doença de Wilson compareceu à 1.ª Promotoria e relatou que seu filho necessita de um remédio de uso contínuo e este não está sendo distribuído há mais de dez dias. A CEMEPAR - Medicamentos Excepcionais - informou que este deverá ser importado, já que não será mais produzido.

Na segunda situação, um paciente de retinopatia diabética, com edema macular, necessita fazer uso de fármaco intra-vítreo. A Secretaria Municipal de Saúde informou que este produto não está elencado para uso em alta-complexidade em oftalmologia e não o disponibilizou.

No terceiro caso, uma mulher vítima de gonartrose bilateral, de avançada evolução, sente muita dificuldade de movimentação devido à rigidez muscular, e necessita de dois fármacos de uso contínuo.

Ela procurou a Prefeitura de Ponta Grossa e a 3ª Regional de Saúde, porém foi informada que ambas substâncias não constam na lista da região, nem são protocoladas nas diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde.

Assim, o MP-PR, por meio do promotor de Justiça Fuad Faraj cobra que todos os medicamentos necessários ao tratamento dos três pacientes sejam disponibilizados com urgência, de forma gratuita, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R\$ 10 mil, a ser revertida para o Fundo Municipal de Saúde de Ponta Grossa.